

ECONOMISTAS



Reflexões de economistas

Reunidos virtualmente no Congresso Brasileiro de Economia, economistas analisam presente e futuro da economia brasileira

Interação e conectividade

Palestras do CBE na íntegra, diretamente no aplicativo Economistas Cofecon

O legado de Wilson Cano

Publicações resgatam a vida e a obra do notável economista



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

cofecon.org.br

70 Anos

Assegurando o exercício legal e ético da profissão



XXIV Congresso Brasileiro de

ECONOMIA

SUMÁRIO

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	3	Agricultura do Brasil: inovação institucional e capacidade de liderança! José Eustáquio Filho	28
Dois desafios que definirão o futuro da economia brasileira Maílson da Nóbrega	4	O Papel do Mercado de Capitais e o Mercado de Trabalho Cesar Bergo	34
Política ambiental é a chave para a mudança da relação de nossa sociedade com o meio ambiente Mario Mantovani	9	Câmbio e Acumulação de Capital Benito Salomão	39
A política do trabalho Marcio Pochmann	13	Sistema Cofecon/Corecons realiza marcante Congresso Brasileiro de Economia	42
Reforma tributária: porque e como Bernard Appy	17	Novos livros	48
Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil e a área da saúde como estratégica para o desenvolvimento brasileiro Carlos Gadelha	23		

EDITORIAL

Um balanço e avaliação, nossa proposta para a revista Economistas de dezembro, é uma meta audaciosa para provocar reflexões sob os mais diferentes aspectos da economia. Além da nossa função precípua como Conselho de Fiscalização Profissional, também debatemos incessantemente questões relacionadas ao desenvolvimento, à teoria econômica, às novas tendências, à conjuntura e às soluções para os problemas vividos pelo Brasil. Como profissionais das Ciências Econômicas, implementamos a mudança e orientamos os setores público e privado nas decisões que impactam diretamente a sociedade.

O desafio abarca apresentar propostas, em um momento no qual não faltam problemas para o país, que sofre as consequências das respostas equivocadas e tardias à pandemia. Da mesma forma, nas decisões de política econômica pelo aumento equivocado das taxas de juros num momento de recessão, agravada com o fato de quase um terço da População Economicamente Ativa estar fora do mercado de trabalho, considerando, além dos desempregados, o grande número de desalentados e subempregados, e que enfrenta a realidade da fome, escassez de moradia e falta de saneamento, dentre outros problemas.

Nesse contexto, apresentamos artigos de expressivos economistas, que participaram conosco do XXIV Congresso Brasileiro de Economia nos dias 8, 9 e 10 de setembro. Além do trabalho exclusivo apresentado nesta edição, destaque-se as palestras de nomes de destaque do cenário nacional, como professores, pesquisadores, ex-ministros e técnicos de órgãos de Estado. Todas as palestras podem ser acessadas, de modo interativo, na íntegra, por meio de um clique nas páginas da revista.

Nos artigos apresentados e nas palestras em vídeo, palavras como desafios,

emprego, inovação, meio ambiente, inflação, responsabilidade, ciência, saúde, tecnologia, inclusão, mercado e educação norteiam as diretrizes para o restabelecimento, com responsabilidade, da economia do País. A revista Economistas é um convite para que juntos possamos escrever as próximas páginas da nossa história.

Desejo uma boa leitura e Boas Festas!
Antonio Corrêa de Lacerda



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Antonio Corrêa de Lacerda é Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. Lacerda é autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país, regularmente veiculados em jornais de grande circulação. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

Dois desafios que definirão o futuro da economia brasileira

Por **Maílson da Nóbrega**

O futuro da economia brasileira dependerá da nossa capacidade de vencer dois desafios interconectados. Primeiro, o da produtividade; segundo, o da crucial necessidade de alternância de poder em 2023. Este último significa a escolha de um novo presidente da República, que seja capaz de promover reformas essenciais para iniciar um longo ciclo de ganhos de produtividade.

A produtividade, como disse o economista americano Paul Krugman, “não é tudo na economia; é quase tudo”. Ela constitui a principal fonte de geração de produto, emprego, renda e riqueza de um país. Nos Estados Unidos, por exemplo, os ganhos de produtividade explicam 80% do crescimento da economia a partir da

II Guerra. No Brasil, eles representam 94% da espetacular expansão da agropecuária nas últimas três décadas.

Entre os anos 1950 e 1980, a produtividade cresceu em média 4,2% ao ano no Brasil, o que permitiu expandir o PIB à taxa média anual de 7%. No período 1968-1973, experimentamos ritmo de crescimento sem paralelo na nossa história: 11,1% ao ano. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, a produtividade despencou para 0,6% ao ano, um sétimo dos trinta anos anteriores. Neste século, a produtividade estagnou. Foi negativa na indústria.

A estagnação da renda *per capita* nos últimos quarenta anos é a face triste do

Maílson da Nóbrega

Economista e consultor. Foi ministro da Fazenda no período 1988/1990, depois de longa carreira no Banco do Brasil e no setor público. Foi presidente do Conselho Monetário Nacional e do Confaz. Tem seis livros publicados, inclusive sua autobiografia. Foi eleito Economista do Ano de 2013 pela Ordem dos Economistas do Brasil. Foi colunista do Estadão e da Folha de São Paulo. Atualmente, é colunista da Revista Veja e mantém um blog na Veja online.



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

arrefecimento da produtividade. O Brasil tornou-se prisioneiro da armadilha da renda média. A mesma situação atingiu a maioria dos países aos quais se havia prometido o caminho para níveis de bem-estar semelhantes aos das nações desenvolvidas. Bastaria seguir um conjunto de ações para fazer a economia crescer a uma velocidade superior à dos países avançados. Desse modo, esses países sairiam de uma situação de renda baixa para a de renda média e, depois, para a de renda alta.

Essa havia sido a trajetória de países europeus no século XIX. Inspirados na industrialização que explicava a ascensão do Reino Unido, nações como Bélgica, França, Alemanha e outros adotaram bem-sucedidas políticas públicas voltadas para imitar o êxito britânico. Nas falhas de mercado, como a inexistência de ferrovias e bancos para baratear os transportes e prover crédito para a expansão da economia, procedeu-se à criação de empresas estatais para suprir os respectivos serviços.

No dia 18 de janeiro de 1918, o presidente americano Woodrow Wilson fez o famoso discurso de quatorze pontos. O texto se baseou em estudos secretos que ele promoveu, realizados por geógrafos, historiadores e cientistas políticos, cujo objetivo era estudar todas as regiões do mundo e analisar os seus fatos econômicos, sociais e políticos. As conclusões seriam a base das discussões na conferência de paz que se seguiria ao esperado término da I Guerra naquele mesmo ano.

Para Wilson, os quatorze pontos, caso implementados, assegurariam uma paz duradoura. O terceiro desses pontos propunha

“a remoção, tanto quanto possível, de todas as barreiras econômicas e o estabelecimento de uma igualdade nas condições de comércio entre todas as nações”. Todos se engajariam na manutenção desses princípios. O terceiro ponto sinalizava a ideia de que a prosperidade podia espalhar-se pelo mundo.

Depois da II Guerra, iniciou-se um esforço em prol do desenvolvimento dos países de menor renda. O Banco Mundial voltou-se em seu começo para a recuperação europeia no pós-guerra, mas logo dedicou-se a apoiar, com recursos e assistência técnica, a expansão econômica e social dos países em desenvolvimento. A academia estudou amplamente o tema. Inúmeras obras e artigos apontaram caminhos em favor do progresso.

Apartir dos anos 1950, boa parte dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, passou a crescer em ritmo mais rápido do que o das nações ricas. A estratégia associou em geral três grandes elementos: (1) a espontânea migração campo-cidade, em que os trabalhadores rurais buscavam melhores oportunidades nas cidades; (2) a absorção de tecnologia embutida nos bens de capital importados; e (3) a intervenção estatal na economia, seja para suprir falhas de mercado via empresas estatais, seja para implementar estratégias de substituição de importações.

A migração campo-cidade foi a principal fonte de ganhos de produtividade no Brasil e em outros países. Os trabalhadores abandonavam ocupações de baixa eficiência para engajar-se em outras mais produtivas, que se beneficiavam do treinamento propiciado pelas empresas. Os bens de capital importados acarretavam maior

“A produtividade, como disse o economista americano Paul Krugman, “não é tudo na economia; é quase tudo”. Ela constitui a principal fonte de geração de produto, emprego, renda e riqueza de um país.”

eficiência na indústria, enquanto a intervenção estatal melhorava a alocação de recursos e o funcionamento da economia.

Nos anos 1960, o modelo parecia dar certo. Grande parte dos países em desenvolvimento passou a expandir suas economias a um ritmo superior ao das nações avançadas. O Brasil foi uma das estrelas. Chegamos a figurar entre os cinco países de maior crescimento no mundo, mas nos anos 1980 esse processo começou a perder força. A estratégia de substituição de importações, excessivamente prolongada, exibiu crescente ineficiência. Sobrevieram, além disso, dois choques que cobraram alto preço à economia brasileira.

O primeiro desses choques surgiu de duas crises do petróleo, de 1973 e 1979, período em que os preços da commodity em dólares mais do que decuplicaram. O segundo veio da forte elevação dos juros internacionais, impulsionados pela decisão de Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, de subir intensamente a taxa básica a partir de 1979, para combater um grave surto inflacionário na economia americana.

Na época, o Brasil estava muito vulnerável a esses dois choques. Importava 80% do petróleo que consumia, o que impactou severamente o balanço de pagamentos. Enquanto isso, a partir de 1975, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, havíamos embarcado em uma

estratégia de substituição de bens de capital e insumos básicos financiada por endividamento externo. Buscava-se aproveitar a alta liquidez internacional de então, geradora de juros baixos, para financiar os respectivos investimentos. Imaginava-se reduzir as importações daqueles produtos e melhorar a situação financeira externa do país.

Era uma estratégia equivocada, como se provou posteriormente. À época, já apareciam os sinais de esgotamento da substituição de importações, diante da ausência de incentivos à inovação. As empresas se haviam acomodado ao ambiente protecionista. Era a hora de pensar em abrir a economia e promover reformas para melhorar sua competitividade, mas isso não foi feito. Não se avaliou adequadamente, de outra parte, os riscos de repousar a estratégia essencialmente na obtenção de empréstimos externos. Como a maior parte estava sujeita a taxas de juros flutuantes, a decisão do Federal Reserve piorou a situação do balanço de pagamentos. Em agosto de 1982, com a moratória mexicana, os bancos credores entraram em pânico, provocando uma parada súbita na oferta de crédito. Era o início da crise da dívida externa, que duraria mais de dez anos e deixaria graves cicatrizes na economia brasileira.

Em 1988, adveio a nova Constituição. Embora promovesse inegáveis avanços na proteção dos direitos e das garantias individuais, e no fortalecimento de freios e contrapesos essenciais à democracia, a nova Carta Magna criou custos fiscais incompatíveis com o estágio da economia. No afã de resolver, via gastos públicos, o problema da má distribuição de renda, promoveu-se ampliação das despesas sociais, particularmente as da Previdência. O Brasil depende atualmente 25% do PIB em programas sociais, nível semelhante aos de países ricos, mas incompatível com a realidade fiscal brasileira.

Um aumento real de 170% no salário mínimo (SM), nos governos do PSDB e do PT, entre 1995 e 2016, agravou a situação, já que o SM reajustava três de cada quatro benefícios previdenciários. Os gastos da Previdência passaram de 4% do PIB em 1987 para 14%



Bomba vazia em 1979. Cena comum na crise do petróleo.
Antônio Lúcio/Estadão

em 2020, também semelhante ao que se vê nos países avançados. A vinculação de recursos em favor da educação e da saúde contribuiu para uma rigidez orçamentária sem paralelo no planeta. A guerra fiscal do ICMS, ampliada pela autonomia concedida aos estados na gestão do tributo, piorou a má alocação dos recursos e acelerou a perda de produtividade.

No governo da presidente Dilma Rousseff, adotou-se a Nova Matriz Macroeconômica, que se tornaria fonte de desequilíbrios via intervenções desastradas na economia, particularmente no setor elétrico e no controle de preços dos combustíveis. O Banco Central cedeu a pressões para reduzir indevidamente a taxa Selic. No campo fiscal, manobras contábeis – as chamadas “pedaladas fiscais” – esconderam a delicada situação e serviram de base para o impeachment da presidente. Nessa mesma linha, para enfrentar a perda de dinamismo econômico acarretado pelo fim do ciclo de commodities iniciado em 2003, o Tesouro transferiu 10% do PIB ao BNDES para financiar campeões nacionais, piorando a alocação dos recursos e a relação dívida/PIB, que é o principal indicador de solvência do setor público.

A inflação havia iniciado uma trajetória de ascensão permanente a partir do primeiro choque do petróleo e permaneceu em dois dígitos durante todo o governo do presidente Ernesto Geisel. No governo do presidente João Batista Figueiredo houve o segundo choque do petróleo, agravando a situação. No primeiro ano desse período (1979) resolveu-se abandonar a regra de reajuste salarial que vinha, com pequenas mudanças, desde o PAEG – Programa de Ação do Governo (1964-1967). Adotou-se a indexação semestral com base na variação do INPC, o que acelerou o ritmo

de aumento da inflação. Em 1984, último ano do mandato de Figueiredo, a inflação alcançou três dígitos: 215,3%.

Todos esses equívocos, ao lado da elevada indexação da economia, instauraram a inércia que contribuiu para o processo hiperinflacionário – em si prejudicial à produtividade –, somente debelado com o Plano Real (1994). Domou-se a inflação, mas não a situação fiscal, que se agravaria nos anos seguintes. Atualmente, 95% dos gastos primários federais se referem a itens obrigatórios, uma rigidez orçamentária sem paralelo no mundo. Dada a redução da margem de gestão orçamentária, os ajustes foram feitos em prejuízo dos investimentos públicos. A correspondente piora da logística impactou negativamente na produtividade.

O Brasil passou a crescer a taxas inferiores à dos países ricos, o oposto do que se esperava. Constatou-se que a mudança de renda média para alta demandava ganhos de produtividade centrados em avanços na ciência e na tecnologia. Pouquíssimos países o conseguiram. Segundo estudos do Banco Mundial, apenas treze nações em desenvolvimento alcançaram a renda *per capita* das nações ricas. Nenhum na América Latina. A maioria era de países que aderiram à União Europeia e de asiáticos que implementaram políticas educacionais eficazes para suprir mão de obra qualificada às áreas de inovação e tecnologia.

Aqui nos encontramos. Cometemos erros graves no campo fiscal e em políticas econômicas mal pensadas. Apesar de investirmos 6,2% do PIB em educação, acima da média dos países ricos (5,8%), o desperdício e a má qualidade do ensino têm sido sua característica. Estamos na rabeira dos países que se submetem ao teste do



“ Segundo estudos do Banco Mundial, apenas treze nações em desenvolvimento alcançaram a renda per capita das nações ricas. Nenhum na América Latina.”

PISA, desenvolvido pela OCDE, particularmente em ciências e matemática.

Em meio a tudo isso, elegemos Jair Bolsonaro para a Presidência em 2018. Ele tem revelado desconhecer como funcionam as organizações e as instituições, que ataca com frequência. Foi incapaz de exercer o papel que dele se esperaria no presidencialismo brasileiro, o de coordenador do jogo político. Não cuidou, por isso, de formar uma base parlamentar estável. Para fugir do impeachment, entregou-se nos braços fisiológicos do Centrão, tem-se ocupado de assuntos periféricos e conduziu de forma desastrosa as ações na pandemia de Covid-19. Mostrou-se despreparado e desinteressado na articulação e na coordenação necessárias à aprovação da agenda de governo. Perdeu tempo e capital político cruciais para essa empreitada e para a expansão da produtividade. Bolsonaro é o pior presidente da nossa história.

O presidente cuida mais do projeto de reeleição do que em bem liderar o país. Vivemos um desgoverno que nos pôs à deriva. Desse modo, um segundo mandato tenderia a ser a continuidade piorada do primeiro, notadamente porque os desafios aumentaram em razão dos efeitos da pandemia e da má condução do governo. As reformas tenderiam a não acontecer ou ser aprovadas de forma insuficiente ou cheias de defeitos, como ocorreu com o projeto de privatização da Eletrobras.

A velocidade das transformações da era digital não permite ficar atrás na corrida pelo desenvolvimento. Será fatal. Assim, a superação do segundo desafio – o da alternância de poder – é o caminho que pode restaurar esperanças de retorno aos ganhos de produtividade e de o Brasil vir a se tornar um país rico.

No momento em que escrevo este artigo, as pesquisas de opinião sinalizam a escolha do próximo presidente entre Bolsonaro e o ex-presidente Lula. Como disse o empresário Pedro Passos, seria a disputa entre o inaceitável e o indesejável. Felizmente, a crescente impopularidade de Bolsonaro o faz o primeiro incumbente que, a um ano das eleições e desde que foi aprovada a reeleição, está em segundo lugar nas preferências do eleitorado. Poderemos ter um cenário melhor.



A esperada piora da economia em 2022 deverá manter em níveis elevados o desemprego. A inflação, que continuará relativamente elevada durante boa parte do exercício, influenciará negativamente o consumo e os resultados do PIB. Provavelmente, a economia crescerá menos de 1% no próximo ano, podendo enfrentar uma recessão. Mesmo que seja possível um Bolsa Família turbinado, é provável que seus efeitos na popularidade sejam reduzidos ou anulados pelo desemprego e pela queda de renda das classes D e E. Ainda estamos longe das eleições presidenciais, mas há uma crescente percepção de que Bolsonaro não será reeleito.

Caso prossiga o processo de perda de popularidade de Bolsonaro, situando-a nas proximidades de 15%, antes ou durante o primeiro turno das eleições de 2022, ele não conseguiria passar para o segundo turno. Neste caso, teríamos uma disputa final entre Lula e um candidato da terceira via, que dificilmente seria Ciro Gomes. Se os eleitores de Bolsonaro preferirem anular o voto, o ex-presidente seria o vencedor. Caso sejam movidos pelo sentimento antiLula, o voto útil dos bolsonaristas ajudaria a eleger o candidato da terceira via. Poderiam renascer esperanças em um futuro de reformas para expandir a produtividade.

Seria o início de um processo de ampliação do potencial de crescimento da economia, do emprego e da renda. Numa visão otimista, seriam lançadas as bases da retomada do projeto de conduzir o país, mercê de suas inegáveis potencialidades, ao status de nação rica nas próximas décadas. A frustração desse cenário, resultando na reeleição de Bolsonaro nos forçaria a encarar com ceticismo o futuro da economia brasileira.

Política ambiental é a chave para a mudança da relação de nossa sociedade com o meio ambiente

Segundo estudo da Fundação SOS Mata Atlântica, políticas que garantam ações como a substituição do uso de combustíveis fósseis por renováveis no transporte nas metrópoles e a adoção da agricultura de baixo carbono, entre outras, podem tornar a agropecuária do bioma neutra em carbono

Por Mario Mantovani

No que se refere à nossa relação com o meio ambiente, relutamos em mudar comportamentos. O Brasil, nesse aspecto, mantém muitas práticas e políticas que datam do período colonial. Precisamos transformar radicalmente essa relação. Insistimos em buscar soluções externas, baseadas em engenharia, enquanto, pelo contrário, a resposta está na própria natureza. Já passou da hora de valorizarmos os nossos ativos ambientais, a nossa biodiversidade, os nossos recursos hídricos e nossos sistemas hídricos. Tudo isso é essencial para segurança climática e hídrica

nas próximas décadas. Qualquer mudança, no entanto, só será efetiva a partir de um investimento em política ambiental.

A Mata Atlântica é um dos ecossistemas com maior prioridade para a restauração no mundo, considerando-se os benefícios para a conservação da biodiversidade, da água e o combate às mudanças climáticas. Para ressaltar a importância do bioma, a Fundação SOS Mata Atlântica esteve em novembro na COP-26, em Glasgow, para apresentar o estudo Contribuição da Mata Atlântica para a NDC brasileira: análise histórica das emissões de GEE e potencial de

Mario Mantovani

Geógrafo e ambientalista, coordena as atividades de advocacy da Fundação SOS Mata Atlântica.



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

“Insistimos em buscar soluções externas, baseadas em engenharia, enquanto, pelo contrário, a resposta está na própria natureza. Já passou da hora de valorizarmos os nossos ativos ambientais, a nossa biodiversidade, os nossos recursos hídricos e nossos sistemas hídricos.”

mitigação até 2050, realizado em parceria com o Imafloa (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e o SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), iniciativa do Observatório do Clima.

O objetivo do estudo foi avaliar o potencial de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) das atividades de uso da terra na Mata Atlântica, estipulando metas que podem ser incorporadas na próxima revisão da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira, visando contribuir para o alcance do Acordo de Paris e de um país neutro em emissões em 2050. Para tanto, por meio dos dados e métodos do SEEG, analisou-se a série histórica de todos os setores de emissões do bioma, entre 2000 e 2018, e estimou-se o potencial de mitigação dos setores de mudança de uso da terra e agropecuária até 2050.

A principal conclusão é que o setor de uso da terra (agropecuária + mudança de uso da terra) da Mata Atlântica pode ser neutro em emissões a partir de 2042, alcançando desmatamento zero em 2030, restaurando 15 milhões de ha de florestas e atingindo as projeções de produção agrícola e pecuária com práticas de baixo carbono. O cenário engloba alta produção de alimentos com fim do desmatamento, vigorosa restauração florestal e potencial geração de emprego e renda.

É importante analisarmos os dados históricos: o desmatamento de 115 milhões de hectares de florestas da Mata Atlântica resultou na emissão de 55 Gigatoneladas de CO₂e (GtCO₂e) ao longo de 521 anos. Esse valor é 20% maior do que o emitido pelo desmatamento

da Amazônia e é 5,5 vezes maior do que todas as emissões da China em 2010, ano em que esse país foi o maior emissor do planeta, com 9,87 GtCO₂e.

As emissões de todos os setores do bioma Mata Atlântica (agricultura, mudança de uso da terra, resíduos, energia e indústria) foram de 8,55 GtCO₂e, entre 2000 e 2018, sendo o segundo bioma em emissões de GEE do país, com 21% do total emitido no Brasil, no período. Além disso, com emissões de 0,45 GtCO₂e em 2018, a Mata Atlântica seria o 18º país com maiores emissões do mundo, ficando acima do Reino Unido, que emitiu 0,44 GtCO₂e, no mesmo ano.

Por outro lado, abrigando 70% da população e 80% do PIB nacional, as emissões per capita e por unidade do PIB da Mata Atlântica foram de três a cinco vezes menores que as médias do Brasil, no período 2000-2018. Isto revela uma menor pegada e uma maior eficiência de emissões do bioma em relação à população e à economia do país. A Mata Atlântica também foi o segundo bioma mais importante em relação às remoções de gases de efeito estufa da atmosfera. Entre 2000 e 2018, foi responsável por 14% das remoções totais, fixando 1,25 GtCO₂e. As remoções anuais dobraram entre 2000 e 2018, principalmente em função do aumento das remoções por regeneração da vegetação secundária. As remoções, por sua vez, giram entre 10 e 15% das emissões brutas anuais.

O comportamento das emissões na Mata Atlântica por setor difere do restante do Brasil e, em especial, da Amazônia. Na Mata Atlântica, no período 2000-2018, as emissões foram lideradas pelos setores de energia (37%), agropecuária

(32%) e mudança de uso da terra e floresta (17%). Quando somados, os setores relacionados ao uso da terra (agropecuária, mudança de uso da terra e florestas) são a principal fonte de emissões do período 2000-2018 (49%), mas em proporção menor que do Brasil e da Amazônia.

Entre os subsetores de emissão, no período 2000-2018, destaca-se a liderança de Queima de combustíveis (36%), seguido por Fermentação entérica (20%) e Alteração do uso do solo – em especial o desmatamento. A substituição de combustíveis fósseis por renováveis teriam o potencial de reduzir as emissões totais do bioma em 52% no período. Dentro do setor agropecuário, a Mata Atlântica é o segundo bioma mais expressivo em termos de emissões de gases de efeito estufa do país (27%), considerando-se o período histórico de 2000 a 2018 e emitindo 145 MtCO₂e, em 2018.

Ao longo do período de 19 anos, verificou-se um aumento de 11,4 MtCO₂e nas emissões de GEE da agropecuária para o bioma Mata Atlântica. Apesar desse aumento de 9%, a Mata Atlântica apresentou uma das menores taxas de crescimento das emissões quando comparada com os demais biomas, com maior eficiência produtiva por emissão, especialmente da pecuária. Vale destacar ainda que três municípios da Mata

Atlântica (São Paulo, Rio de Janeiro e Serra/ES) constam entre os 10 maiores emissores de GEE do Brasil em 2018. Enquanto 10% dos municípios acumulam 65% das emissões do Brasil, 10% da Mata Atlântica acumulam 56% no bioma.

Ou seja, analisando a distribuição das emissões entre os subsetores e os municípios no bioma, percebe-se que a Mata Atlântica tem um potencial imenso para tornar sua agropecuária neutra em carbono em um futuro muito próximo. Essa busca pela neutralidade de emissões, no entanto, deve obrigatoriamente priorizar uma série de políticas ambientais: a redução do uso de combustíveis fósseis no transporte nas metrópoles; o tratamento de resíduos (esgoto e lixo) nas cidades associado à recuperação do metano e geração de energia elétrica a partir de sua combustão; o combate ao desmatamento, em especial nos estados de Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que concentram 91% do desmatamento no bioma; a restauração florestal e a criação de áreas protegidas; a adoção da agricultura de baixo carbono com a recuperação de pastagens e solos degradados, pecuária mais eficiente e fixação biológica de nitrogênio.

Segundo o estudo, a implementação dessas políticas proporcionaria o fim do



desmatamento até 2030, a recuperação/restauração de 15 milhões de hectares de florestas e a criação de 3 milhões de hectares de áreas protegidas até 2050 resultariam em uma redução acumulada de emissões de 3,76 GtCO₂e, sendo 35% resultado da redução do desmatamento, 63% da regeneração florestal e 2% da criação de áreas protegidas. Isso é praticamente duas vezes maior que as emissões totais da Rússia em 2018 (1,992), o quarto maior emissor do mundo no ano.

Além disso, a recuperação de 21 milhões de hectares de pastagens, e a implantação de 8,4 milhões de ha de ILPF (integração lavoura-pecuária-floresta) e 24,9 milhões de ha de plantio direto na agricultura resultariam em um balanço positivo de 2,521 GtCO₂e em 2050, sendo 40% desse valor provenientes das pastagens recuperadas, 29% do ILPF e 31% do plantio direto. O valor é 1,5 vezes maior que as emissões do Japão em 2018.

Sozinho, o setor de uso da terra na Mata Atlântica tem o potencial de diminuir as emissões totais do bioma em até 6,28 GtCO₂e até 2050: valor similar a todas as emissões da Índia (3,346) e da Rússia (1,992) em 2018, o terceiro e o quarto maiores emissores do planeta no ano. Distribuindo-se em valor médio anual (0,139 GtCO₂e), seria suficiente para compensar um terço das emissões da França (0,361) ou do Vietnã (0,364), em 2018, por um período de 45 anos.

O cenário acomoda o desmatamento zero, em 2030, com a substituição de pastagens por expansão de lavouras em plantio direto, ILPF e restauração florestal. Embora isso resulte em diminuição da produção pecuária frente a cenários estabelecidos, pode levar a uma maior produção total de alimentos, geração de renda e oferta de empregos.

O alcance dessas metas de redução das emissões e remoção dos GEE depende de medidas de governança e da adoção de melhores práticas por tomadores de decisão dos setores públicos e privados. Estas ações combinam políticas de comando e controle e de incentivos conhecidas, mas que precisam ser plenamente implementadas ou aprimoradas, como a Lei da Mata Atlântica, o Código Florestal, o SNUC, a Planaveg e o Plano Safra.

Não há barreiras tecnológicas para a sua implantação e já tivemos avanços neste sentido nos últimos anos. Em outras palavras, a chave para a transformação da nossa relação com a natureza está na política ambiental. Embora, de maneira complementar, seu financiamento deva ser oriundo de investimentos para a adequação ambiental de imóveis rurais, de negócios e de cadeias produtivas florestais e agroflorestais, da intensificação da pecuária e da agricultura de baixo carbono, atraindo tanto recursos dos governos federal e estaduais quanto do setor privado, do mercado de carbono e do multilateralismo.



Foto: Reprodução/Amazônia Real

“O alcance dessas metas de redução das emissões e remoção dos GEE depende de medidas de governança e da adoção de melhores práticas por tomadores de decisão dos setores públicos e privados.”

A política do trabalho

Por Marcio Pochmann

O impasse dos inorgânicos colocada magistralmente por Caio Prado Júnior no seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo* sintetiza a problemática do trabalho no Brasil há cem anos. Isso porque, decorrido cerca de meio século de avanço do capitalismo nascente no Brasil, o lumpesinato seguia predominando, com a classe trabalhadora conformada majoritariamente por imigrantes brancos concentrando-se nas atividades de produção primário-exportadoras.

A transição da economia brasileira para o modelo de substituição de importações estabelecida pela Revolução de 1930 permitiu que,

por cerca de seis décadas, parcela significativa do lumpesinato se proletarizasse, conformando o sentido da sociedade salarial. Para isso, o Estado que até então era visto como perseguidor e genocida do andar de baixo da sociedade se converteu no protetor e no validador da condição de cidadania regulada, possibilitada pelo acesso à carteira de trabalho assinada.

A partir de 1990, com o ingresso passivo e subordinado na globalização, o antigo modelo de substituição de importação foi aposentado. A dominância do receituário neoliberal em depositar no Estado a responsabilidade central pelo

Marcio Pochmann

Economista pela UFRS e doutor em Ciência Econômica pela Unicamp. É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi presidente da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre 2007 e 2012, e secretário municipal de São Paulo de 2001 a 2004. Concorreu duas vezes a prefeitura de Campinas-SP (2012 e 2016). Publicou dezenas de livros sobre Economia, sendo agraciado três vezes com o Prêmio Jabuti.



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

atraso nacional foi acompanhada pela perda do dinamismo econômico e pelo desmoronamento da sociedade salarial.

A desestruturação do mercado de trabalho a partir de então explicitou a presença crescente da população sobrando, traduzida por elevadas taxas de desemprego aberto, pela subutilização da força de trabalho e pela precarização ocupacional. Com isso, o reaparecimento do lumpesinato, pois deslocado das atividades produtivas e de geração de valor e, cada vez mais, associado ao novo sistema jagunço em expansão no Brasil.

O atraso e a política de emprego

Desde a Independência nacional (1822) que distintas gerações de brasileiros têm convivido com, pelo menos, duas dimensões explicativas principais para a manifestação do atraso no país e a escassez do pleno emprego, sobretudo quando contrastado com outras nações. A primeira, prevalente até o início do século 20, identificou o atraso como normalidade histórica, decorrente da distância temporal que separava os países do novo continente americano daqueles situados na velha e longeva Europa.

No capitalismo nascente, o desemprego admitido oficialmente era somente o de natureza voluntária, quando o próprio trabalhador decidiria não aceitar o emprego supostamente disponível. Em função disso, a economia estaria em pleno

emprego, uma vez que na perspectiva da Lei de funcionamento dos mercados de Say, adotada pelas autoridades governamentais da época, toda oferta encontraria a demanda.

Dessa forma, o Brasil teria garantido o seu próprio progresso, sendo o otimismo constitutivo do horizonte de expectativas nacionais. Na versão da classe dirigente agrarista da época, o passar do tempo conduziria naturalmente à contração do atraso material relacionado às nações europeias em função da vasta e significativa disponibilidade de riqueza natural e do potencial que resultava da composição social (Zweig, S. *Brasil: um país do futuro*, 1941).

A segunda dimensão do atraso nacional em relação a outros países assumiu maior expressão a partir da década de 1930. Com a ascensão de uma nova classe dirigente urbana e industrial, a percepção do subdesenvolvimento e de sua complexidade foi acompanhada por certo pessimismo relacionada à natural possibilidade de superação do atraso material e das fragilidades presentes nas instituições nacionais (Cândido, A. *A educação pela noite & outros ensaios*, 1989).

Por conta disso, a consciência que emergiria da inadequada inserção periférica no capitalismo mundial implicaria reposicionar o Brasil no interior da Divisão Internacional do Trabalho, deslocando o antigo modelo econômico primário exportador para o novo produtor de manufaturas com tecnologias avançadas. Disso resultou a passagem da política de gestão do

capitalismo nascente adotada na República Velha (1889-1930) para a política de modernização institucional e econômica a viabilizar o ciclo da industrialização e urbanização nacional que entre as décadas de 1930 e 1980 garantiu, de forma inédita, empregos assalariados e formais em profusão.

O ingresso na globalização, desde 1990, rompeu com a dimensão do atraso entendido



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

por problema decorrente, do posicionamento nacional na Divisão Internacional do Trabalho. Pela perspectiva neoliberal que passou a dominar a política de gestão do capitalismo brasileiro desde então, ascendeu uma nova composição da classe dominante a apontar o Estado como determinante principal do atual atraso nacional.

Nesse sentido, a avalanche de ataques ao setor público justificariam a meta de libertar o Brasil do distanciamento em relação às

“[...] Constata-se que o estoque de robôs no planeta saltou de 1,035 milhão de unidades, em 2008, para 2,722 milhões, em 2019.”



nações consideradas desenvolvidas. Ao atuar espontaneamente, o setor privado teria plenas condições de espontaneamente promover a superação do atraso material e institucional, sem mais contar com as travas estatais.

Como evidência da concretização da modernidade almejada, transpareceu o consumo liberado às importações de bens de maior conteúdo tecnológico, cuja expansão no tempo contribuiu para o travamento do avanço no sistema produtivo nacional. Em realidade, o processo de reprimarização da estrutura produtiva enfraqueceu a economia nacional, comprometendo o potencial gerador de emprego e renda, cada vez mais associado à perspectiva do retorno à condição de fazendão.

Sobre isso, aliás, cabe breve comparação do recente desempenho brasileiro do emprego em relação ao de outras nações. Tomando-se como referência de modernização produtiva a evolução no uso, produção e comércio de robôs no mundo, conforme monitorada pela Federação Internacional de Robôs, constata-se que o estoque de robôs no planeta saltou de 1,035 milhão de unidades, em 2008, para 2,722 milhões, em 2019.

A média mundial, em 2019, foi de 113 robôs a cada 10 mil ocupados, o que significou a multiplicação por 2,2 vezes a mesma relação verificada no ano de 2008. Para os mesmos anos, a relação de robôs a cada 10 mil ocupados subiu de 5 para 10 unidades (2 vezes) no Brasil, de 10 para 187 (18,7 vezes) na China, de 96 para 228 (2,4 vezes) nos Estados Unidos e de 221 para 868 (3,9 vezes) na Coreia do Sul.

Em contrapartida, a taxa de desemprego nacional registrou diferenças significativas entre as nações. No caso brasileiro, por exemplo, houve aumento de 61,8% (de 6,8% para 11%) na taxa de desemprego, assim como na Coreia do Sul, com elevação de 5,9% (3,4% para 3,6%), enquanto a China diminuiu em 16,2% (de 4,3% para 3,6%), assim como os Estados Unidos em 36,2% (de 5,8% para 3,7%) e a Alemanha em 54,2% (de 7,2% para 3,3%).

Em síntese, os países que conseguiram elevar fortemente a presença de robôs no interior do setor produtivo, fortalecendo a competitividade e o avanço econômico, não elevaram as taxas de desemprego. O Brasil, pelo contrário, combinou a baixa capacidade de adensar maior quantidade de robôs na estrutura econômica manufatureira

“Em síntese, os países que conseguiram elevar fortemente a presença de robôs no interior do setor produtivo, fortalecendo a competitividade e o avanço econômico, não elevaram as taxas de desemprego.”

com o maior desemprego, indicando tanto a perda de importância relativa na produção mundial como o maior atraso nacional.

Lumpesinato e o novo sistema jagunço de emprego

Está na mídia comercial, propagadora do receituário neoliberal: a proliferação das fazendas de maconha e amplo tráfico de drogas, inclusive na aviação presidencial; a generalização das quadrilhas de assaltos e trambicagens denominadas por novo cangaço; o armagedon midiático das igrejas; o poder paralelo das milícias e do crime organizado, entre outros. No declínio do capitalismo brasileiro, prestes a completar o seu oitavo ano da trajetória do decrescimento econômico, avança a pilhagem, a devastação, a espoliação primitiva sobre a maior parte da população.

Para poucos, esse modelo de acumulação, definido por despossessão, produz inédito estoque estimado em cerca de 70 milhões de brasileiros sobrantes da dinâmica capitalista. Prisioneira da economia de subsistência que se generaliza, a massa social excedente composta pela diversidade do desemprego aberto, da força de trabalho potencial adormecida pelo desalento e dos subutilizados e informais de toda a ordem busca se reproduzir através do fenômeno da “viração”.

Tal como a política econômica liberal sustentou o prolongamento do decadente modelo primário exportador ao longo da República Velha (1889-1930), o receituário neoliberal atual trata de postergar a inviabilidade do rentismo, como

se comprasse tempo de espera ilusionista diante da ausência de pontes efetivas para o futuro decente. Na condução da biopolítica no interior da longa e primitiva sociedade agrária, a difusão de modelos dos governos das populações excedentes ao capitalismo nascente permitiu constituir o sistema jagunço, fundado no fanatismo religioso e no banditismo social. As obras de Euclides da Cunha (Os sertões, 1902), descrevendo o movimento de Canudos, e de Guimarães Rosa (Grande Sertão: Veredas, 1956), tratando do banditismo social explicitaram a realidade do deus-dará imposta pelo liberalismo da República Velha.

Guardada a devida proporção, o neoliberalismo trazido desde a “Era dos Fernandes” (Collor, 1990-1992 e Cardoso, 1995-2002) foi acompanhado pela ruína da sociedade urbana e industrial imposta pelo próprio declínio do capitalismo brasileiro. A consequência disso tem sido a extensão do contingente de “inúteis” ao capitalismo atual que se volta, cada vez mais, para pouquíssimos segmentos da sociedade.

Na gestão dessa massa social sobrança, a economia de subsistência se amplia, reproduzindo formas diversas de “viração” na vida e no trabalho, geralmente à margem da via capitalista tradicional, enquanto mercantilização da esfera pública e dos espaços de crescente ilegalidade. Nessas condições, o predomínio do banditismo social e do fanatismo religioso, cujo avanço interfere tanto no próprio funcionamento do Estado quanto na soberania de gestão do território e dos contingentes populacionais convertidos em lumpesinato que se submetem ao novo sistema jagunço de política de emprego.

“Prisioneira da economia de subsistência que se generaliza, a massa social excedente composta pela diversidade do desemprego aberto, da força de trabalho potencial adormecida pelo desalento e dos subutilizados e informais de toda a ordem busca se reproduzir através do fenômeno da “viração”. ”

Reforma tributária: porque e como

Por Bernard Appy

Há um quase consenso de que o Brasil precisa reformar seu sistema tributário. Há menos clareza, no entanto, sobre qual deve ser o escopo de uma reforma tributária. Para contribuir com o debate, esse artigo busca apresentar, de forma muito sucinta, os conceitos que devem orientar o desenho de um bom sistema tributário, as distorções do modelo brasileiro de tributação e algumas diretrizes para melhorar a qualidade do sistema tributário.

Um bom começo é entender do que estamos tratando. Quais são os tributos sobre os quais estamos falando? O que é um bom sistema tributário?

No Brasil, como na maioria dos demais países, há cinco categorias principais de tributos: a) tributos sobre a renda das pessoas físicas e das empresas; b) tributos gerais sobre a produção e comercialização de bens e serviços (que, quando bem desenhados, são tributos sobre o consumo); c) tributos específicos sobre bens e serviços, usualmente de caráter regulatório; d) tributos sobre o patrimônio ou a transferência de propriedade; e e) tributos sobre a folha de salários, usualmente vinculados ao financiamento da Previdência Social.

Como se vê no Gráfico 1, que compara a composição da carga tributária brasileira com a

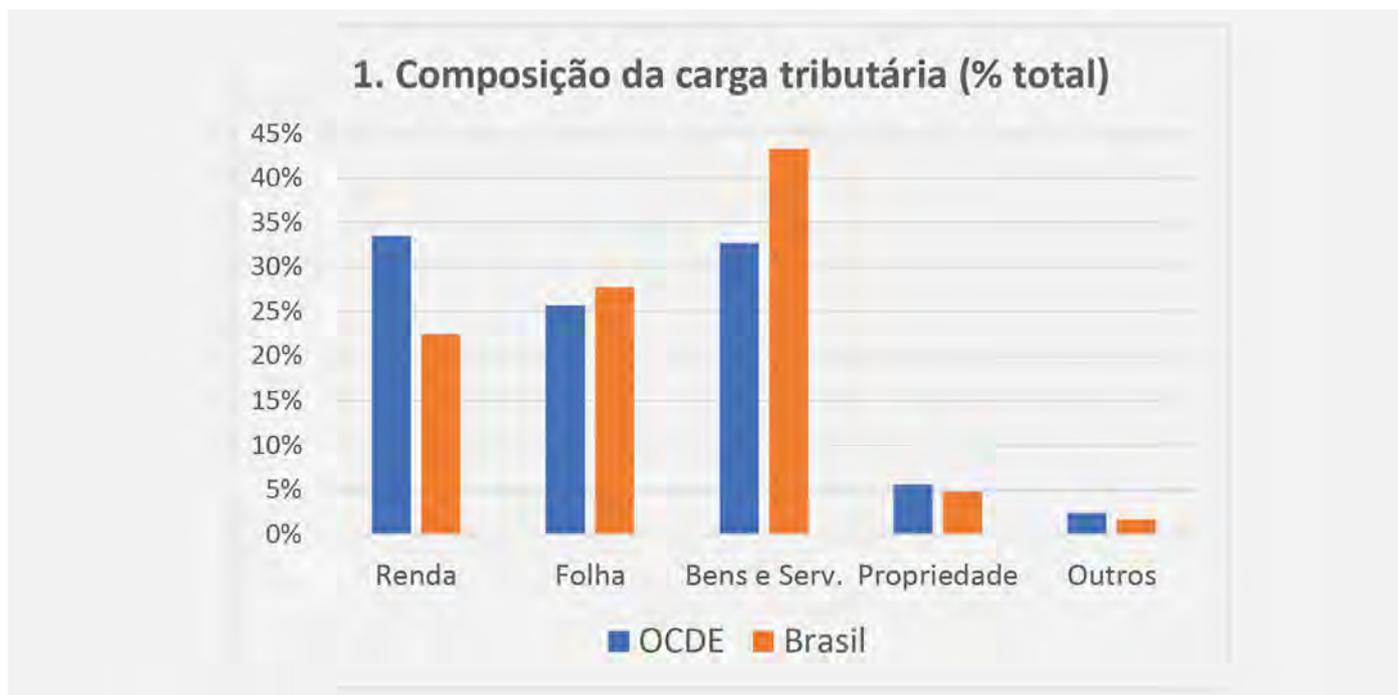
Bernard Appy

Economista formado pela USP, desde 2015, tem se dedicado exclusivamente ao Centro de Cidadania Fiscal, do qual é fundador. Foi secretário executivo e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2009), sócio-diretor da LCA Consultores (1995-2002 e 2012-2014) e diretor de Estratégia e Planejamento da BM&FBovespa (2009-2011). Também presidiu o Conselho de Administração do Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

média dos países da OCDE, duas características se destacam. A primeira é a forte dependência da arrecadação brasileira de tributos sobre bens e serviços, que oneram sobretudo os consumidores. A segunda é a participação muito maior dos tributos sobre a renda na arrecadação dos países da OCDE relativamente ao Brasil. O resultado é um sistema que onera mais os pobres (que consomem uma parcela maior de sua renda) e menos os ricos, que deveriam pagar mais imposto de renda.



Fonte: O CDE e Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Já as características de um bom sistema tributário estão bem estabelecidas na literatura. Um bom sistema tributário deve ser: a) simples para os contribuintes; b) neutro, distorcendo o mínimo possível a organização da economia; c) transparente, de forma a que os contribuintes saibam quanto custa financiar o governo; d) isonômico, o que significa que situações equivalentes devem ser tributadas de forma equivalente; e e) progressivo, de modo a que quem tem maior capacidade contributiva seja proporcionalmente mais tributado.

O sistema tributário brasileiro não tem nenhuma dessas características: não é simples, não é neutro, não é transparente, não é isonômico e não é progressivo. O resultado é um sistema que prejudica o crescimento e é regressivo. Embora não seja possível aqui discutir todas as distorções do sistema tributário brasileiro, os dois temas tratados a seguir – tributação do consumo e da renda do trabalho – dão uma ideia do grau dessas distorções.

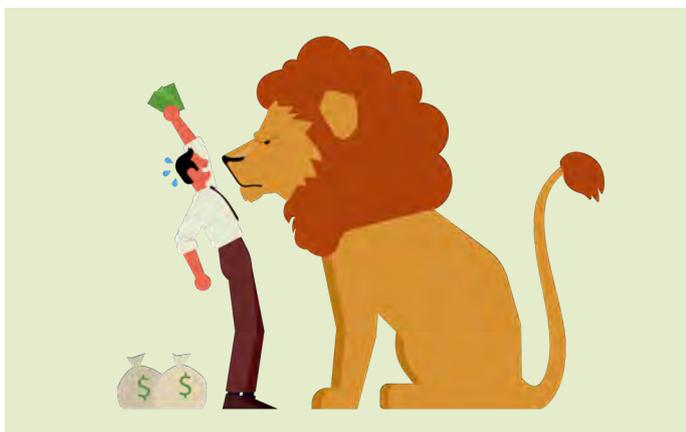
Tributação do consumo

A maior parte dos países do mundo tributa o consumo através de um imposto sobre o valor adicionado (IVA). O IVA é um imposto cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização de forma não cumulativa – o que significa que, em cada etapa da cadeia, o imposto cobrado nas etapas anteriores é recuperado na forma de crédito, cabendo ao contribuinte recolher a diferença entre o imposto incidente sobre suas vendas e os créditos relativos a suas aquisições. Quando a não cumulatividade é plena, o imposto incidente na venda final corresponde à soma do imposto recolhido ao longo de toda a cadeia, o que significa que é um tributo neutro, pois o valor recolhido será sempre o mesmo, independentemente de como está organizada a produção.

As características de um bom IVA estão bem estabelecidas na literatura: a) base ampla de incidência, alcançando bens, serviços e intangíveis (como a licença para uso de um software); b) regras o mais homogêneas possíveis, com o mínimo de exceções e, idealmente, uma só alíquota; c) tributação no destino, o que significa que as exportações são completamente desoneradas e as importações tributadas; d) não cumulatividade plena, via recuperação integral dos créditos do imposto e ressarcimento ágil de créditos acumulados; e e) desoneração dos investimentos. Um imposto com essas características é, efetivamente, um imposto que incide apenas sobre o consumo, pois as exportações e os investimentos não são tributados.

A tributação do consumo no Brasil foge completamente a essas características. Ao invés de ter um único IVA com base ampla, temos cinco tributos gerais sobre bens e serviços, com base fragmentada, sendo três federais (PIS, Cofins e IPI – que incide apenas sobre produtos industrializados), um estadual (ICMS – que incide apenas sobre mercadorias e alguns serviços), e um municipal (ISS – que incide apenas sobre serviços não tributados pelo ICMS).

“O sistema tributário brasileiro (...) é um sistema que prejudica o crescimento e é regressivo.”



Ao invés de ter regras homogêneas e uma única alíquota, temos, para cada um dos cinco tributos, uma profusão de alíquotas, de benefícios fiscais e de regimes especiais (que são formas diferentes de cobrar o tributo). Ao invés de ter não cumulatividade plena, temos tributos totalmente cumulativos (como o ISS) e muitas restrições à recuperação de créditos nos tributos não cumulativos (como o ICMS). Ao invés de desonerar, oneramos os investimentos e as exportações por conta da cumulatividade e de restrições à recuperação de créditos nas vendas ao exterior. Ao invés de tributar no destino, o ICMS e o ISS são predominantemente cobrados no Estado e no Município de origem, dando margem a uma intensa guerra fiscal entre os entes da federação.

Tais distorções têm um impacto muito negativo sobre o potencial de crescimento do país. Por um lado, a enorme complexidade faz com que o custo burocrático de pagar impostos no Brasil seja dos mais elevados do mundo, ao mesmo tempo em que o grau de litígio tributário – estimado em mais de 70% do PIB – gera custos e insegurança jurídica para as empresas. Por outro lado, a oneração de investimentos e exportações reduz a competitividade do país. Por fim, a quantidade enorme de tratamentos diferenciados leva a economia brasileira a se organizar de forma extremamente ineficiente, com impacto muito negativo sobre a produtividade.

O efeito final sobre o crescimento do país é enorme. Estudo do economista Bráulio Borges – disponível no site do Centro de Cidadania Fiscal – estima que a correção das distorções na tributação do consumo poderia elevar o PIB potencial do Brasil em cerca de 20%, num horizonte de quinze anos.

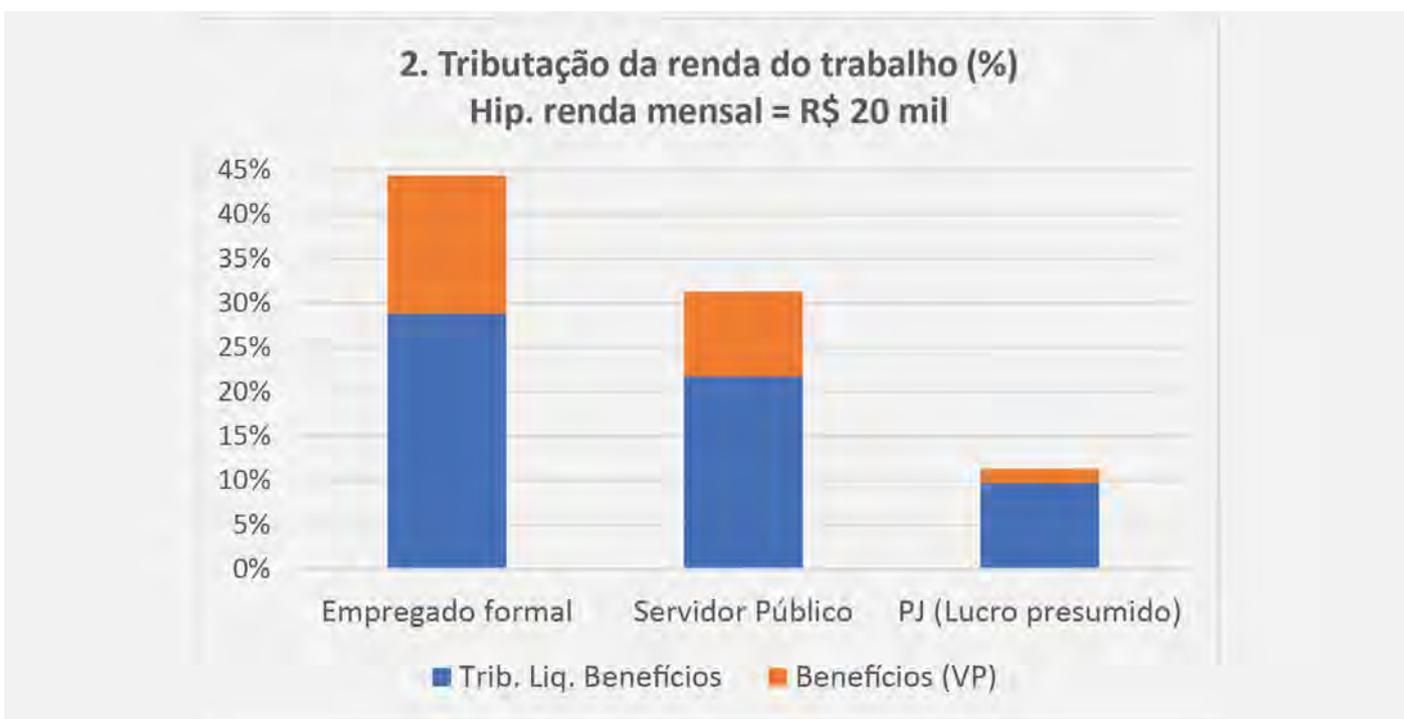
Tributação da renda do trabalho

Também é possível identificar grandes distorções na tributação da renda do trabalho no Brasil. Para entender essas distorções, é necessário olhar não apenas para a tributação da renda, mas também para a tributação da folha de salários, pois contribuições que incidem sobre a folha e não geram benefícios (mesmo que sejam devidas pelo empregador) são equivalentes a um imposto sobre a renda do trabalhador formal.

Esse é um ponto importante, pois embora a alíquota marginal do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF) no Brasil (de 27,5%) seja baixa para padrões internacionais, a tributação sobre a folha é extremamente elevada, superando 40% na soma das contribuições do empregador e do empregado. A título de comparação, as contribuições sobre folha nos países da OCDE são de pouco mais de 20%, em média, e chegam, no máximo, a 36%.

É verdade que as contribuições sobre folha financiam benefícios previdenciários, mas como os benefícios previdenciários são limitados ao teto do salário de contribuição (de pouco mais de R\$ 6,4 mil reais), a contribuição do empregador acima desse valor corresponde, efetivamente, a um tributo sobre a renda do trabalhador formal. Esse é um dos principais motivos para o forte processo de “pejotização” dos trabalhadores de alta renda no Brasil – especialmente no caso de profissionais liberais, que atuam como sócios de empresas dos regimes simplificados de tributação.

O Gráfico 2, a seguir, compara o custo total dos tributos incidentes sobre a renda do trabalho (contribuições sobre folha e tributos sobre a renda) para um trabalhador cuja renda mensal é de R\$ 20 mil em três situações: a) para um empregado formal do setor privado; b) para um servidor público federal ingressado após 2013 (para o qual não há contribuição sobre folha acima do teto); e c) para um profissional liberal que atua como sócio de uma empresa do regime de Lucro Presumido



Fonte: Elaboração própria. Hipóteses: a) para o empregado formal e o servidor público, a alíquota é calculada com referência ao custo total para o empregador; b) o lucro da empresa do lucro presumido é de 80% do faturamento e o pró-labore do sócio é de um salário-mínimo.

Como se vê, o grau de distorção na tributação da renda do trabalho é enorme, variando de quase 45% no caso do empregado formal a pouco mais de 10% no caso do sócio de empresa. Mesmo

descontando uma estimativa de valor presente dos benefícios previdenciários (incluindo o FGTS), a tributação líquida do empregado formal (28,8%) ainda é três vezes superior à do sócio de empresa (9,7%).

Essa distorção, que reflete uma completa falta de isonomia na tributação da renda do trabalho, não apenas tem impactos distributivos injustificáveis – com destaque para a baixa tributação de uma parcela relevante das pessoas de alta renda do país –, como afeta negativamente a produtividade. Em um sistema tributário neutro, a tributação não deveria distorcer a forma de organização do mercado de trabalho. No entanto, no Brasil, a tributação cria um forte incentivo a que profissionais atuem de forma autônoma, através de empresas de menor porte, em detrimento do emprego em empresas de maior porte, que podem ser mais eficientes na provisão do serviço.

Como reformar o sistema tributário?

Os dois casos tratados acima – tributação do consumo e da renda do trabalho – dão uma ideia do grau de distorção existente no sistema tributário brasileiro.

A reforma da tributação do consumo é um tema que vem sendo discutido no Brasil há muito tempo. Há um quase consenso de que a adoção de um bom IVA, seguindo o melhor padrão internacional, resolveria praticamente todos os problemas identificados acima. A dificuldade está

em como superar as resistências à mudança, seja do ponto de vista federativo (pois a reforma inevitavelmente afeta a distribuição da receita entre Estados e Municípios), seja do ponto de vista setorial.

Nos últimos trinta anos foram apresentadas várias propostas de reforma dos tributos sobre o consumo no Brasil, mas nenhuma avançou. As principais dificuldades encontradas foram a resistência dos Estados e a falta de empenho do governo federal na aprovação da proposta.

No período recente, vem ganhando destaque uma proposta de reforma baseada na substituição dos atuais tributos sobre bens e serviços – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que tem as características de um bom IVA. Esse modelo, que resultou na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, da Câmara dos Deputados (PEC 45) e da PEC 110/2019 do Senado Federal, tem algumas características, que buscam mitigar as resistências setoriais e federativas à mudança.

Uma dessas características é uma transição relativamente longa entre os tributos atuais (cujas alíquotas seriam progressivamente reduzidas) para o IBS – de 10 anos na PEC 45 e de 6 anos na PEC 110, em ambos os casos calibrando as alíquotas do IBS de forma a manter a carga tributária. As duas propostas também preveem uma transição ainda mais longa – de 50 anos na PEC 45 e de 15 anos na PEC 110

Nos últimos trinta anos foram apresentadas várias propostas de reforma dos tributos sobre o consumo no Brasil, mas nenhuma avançou.

As principais dificuldades encontradas foram:

Resistência dos Estados

Falta de empenho do governo federal na aprovação da proposta.

– na distribuição da receita entre os Estados e Municípios.

Atualmente, a tramitação da PEC 45 está suspensa na Câmara dos Deputados, mas a tramitação da PEC 110 segue no Senado Federal. O substitutivo apresentado pelo Senador Roberto Rocha no início de outubro é um texto intermediário entre a PEC 110 e a PEC 45, e busca também superar resistências do governo federal, sobretudo propondo criar dois IVAs – um IBS dos Estados e Municípios e uma Contribuição sobre Bens e Serviços federal – ao invés de um único IBS.

O amadurecimento da discussão sobre o tema criou um ambiente bastante favorável para o avanço da reforma da tributação do consumo no Brasil. Hoje todos os Estados e a maioria dos Municípios apoiam o substitutivo da PEC 110, assim como parte importante do setor produtivo, sobretudo a indústria. É verdade que os grandes Municípios – que querem manter o ISS – ainda resistem à mudança, assim como parte do setor de serviços. Mas a percepção é que, com algumas concessões setoriais e uma negociação com os grandes Municípios, é possível aprovar a proposta. Segue faltando, no entanto, um apoio mais claro do governo federal à mudança – que, se não vier agora, muito provavelmente virá em 2023.

Já a reforma da tributação da renda está menos madura. Recentemente o governo enviou ao Congresso um projeto de lei reformando a tributação da renda (PL 2337/2021), o qual sofreu várias modificações e foi aprovado pela Câmara dos Deputados. No entanto, a despeito de algumas mudanças positivas – como o reajuste

da tabela do IRPF, que não é corrigida desde 2015 –, a avaliação geral é que o projeto aprovado na Câmara está bem desequilibrado.

Sem entrar em detalhes, basta mencionar que o PL 2337, na versão atual, reduz a tributação da renda em cerca de R\$ 40 bilhões, e eleva a tributação do consumo em cerca de R\$ 15 bilhões, agravando a distorção já existente no Brasil, que é uma tributação excessiva do consumo e insuficiente da renda. De modo semelhante, o PL 2337 amplia a distorção identificada acima na tributação da renda do trabalho, ao reduzir ainda mais a tributação do profissional “pejotizado”.

A perspectiva atual é que, exceto a correção da tabela do IRPF, o PL 2337 dificilmente avançará no Senado. Esse talvez seja o melhor cenário, pois pelo menos evita-se a introdução de novas distorções na tributação da renda no Brasil e ganha-se tempo para aprofundar a discussão sobre as mudanças necessárias na tributação da renda até o início do próximo governo.

Na tributação da renda, assim como na tributação do consumo, uma boa reforma precisa buscar maior isonomia e neutralidade, e precisa buscar a correção de distorções distributivas, que fazem com que uma parcela relevante das pessoas de alta renda seja pouco tributada. Idealmente, uma boa reforma tributária também deveria mudar a composição da carga tributária, elevando a tributação da renda e reduzindo a tributação da folha de salários e do consumo.

Há muito a fazer para melhorar o sistema tributário brasileiro. O dado positivo é que, ao longo dos últimos anos, temos avançado muito na compreensão dos problemas e do que precisa ser feito para superá-los.

“Uma boa reforma precisa buscar maior isonomia e neutralidade, e precisa buscar a correção de distorções distributivas, que fazem com que uma parcela relevante das pessoas de alta renda seja pouco tributada.”

Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil e a área da saúde como estratégica para o desenvolvimento brasileiro

Por Carlos Gadelha

O grande desafio do Complexo Econômico-Industrial da Saúde é articular as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. O mundo social e o da saúde, em particular, são parte essencial da estrutura econômica, como a pandemia da Covid-19 nos mostra. Ao mesmo tempo, o CEIS representa um chamamento para os economistas abrirem um pouco as suas caixas e verem o processo de desenvolvimento a partir do tratamento endógeno da dimensão social do desenvolvimento.

Há cerca de 20 anos esse trabalho vem sendo desenvolvido na Fiocruz. São duas

décadas articulando o pensamento de economia política com o pensamento social e sanitário. Concomitantemente, a Fiocruz esteve na liderança da criação do Sistema Único de Saúde e é a instituição de biotecnologia mais importante da América Latina. Começamos estudando a biotecnologia em saúde e ampliamos para pensar a própria saúde como um sistema de inovação, no qual está inserida uma base econômica e material, que é o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Hoje estamos em um projeto coordenado pela Fiocruz que envolve quase 40 pesquisadores. Algo inusitado: a Fiocruz, uma

Carlos Gadelha

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE/Fiocruz) e líder do grupo de pesquisa sobre Desenvolvimento, Complexo Econômico-Industrial e Inovação em Saúde na Fiocruz.



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

“ Ao mesmo tempo, o CEIS representa um chamamento para os economistas abrirem um pouco as suas caixas e verem o processo de desenvolvimento a partir do tratamento endógeno da dimensão social do desenvolvimento.”



instituição da área social, coordenando um projeto de desenvolvimento em saúde, com a parceria fundamental do Instituto de Economia da UFRJ e do Instituto de Economia da Unicamp. Ao todo são dez instituições articulando uma grande rede de pesquisa para superar os termos de debate que muitas vezes não integram a dimensão econômica com a social do desenvolvimento.

Nós estamos em um Congresso Brasileiro de Economia para pensar o próprio direito à vida e ao desenvolvimento. Quando discutimos a relação entre saúde e desenvolvimento, temos que integrar as três dimensões: a social, a econômica e da ciência, tecnologia e inovação e a ambiental.

Não seria aceitável trabalharmos em um mundo em que fragmentássemos a sociedade entre quem tem expectativa de vida de 80, de 70 e de 60 anos, como se estivéssemos pegando um avião com dez classes diferentes, de acordo com a capacidade de pagamento. Os sistemas

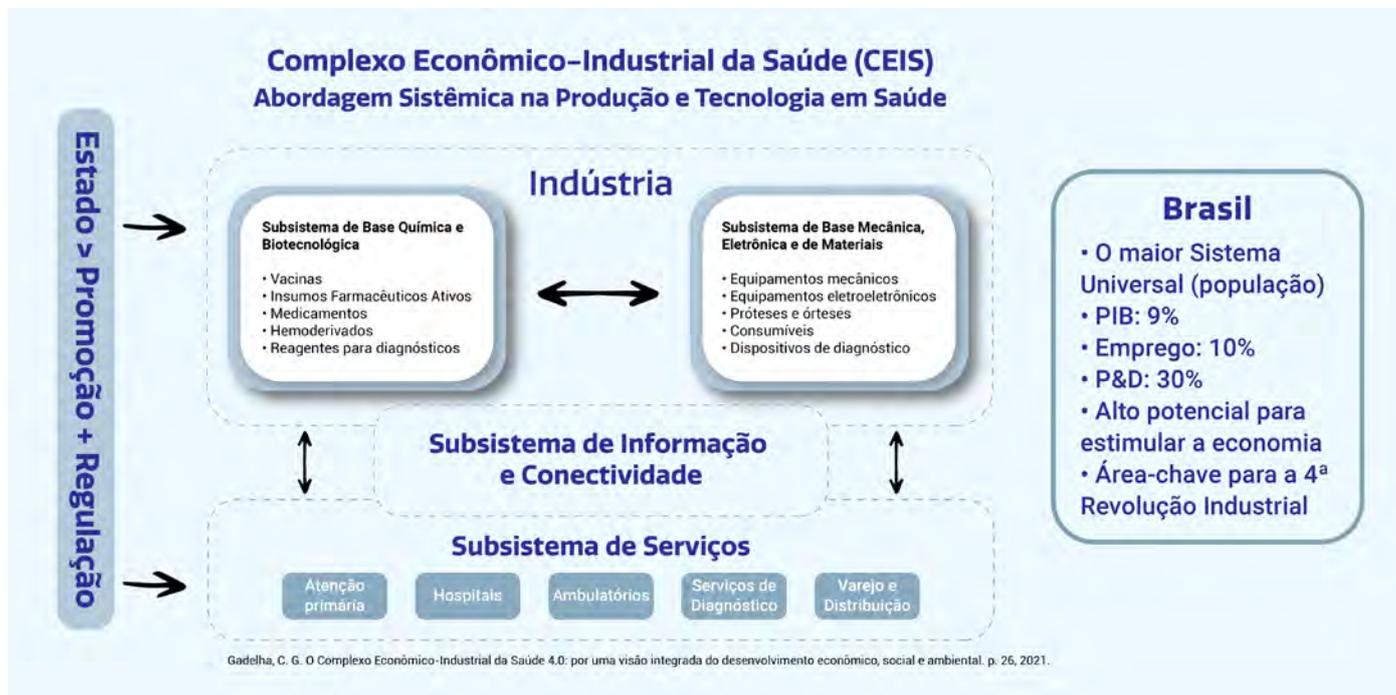
universais de saúde — como o SUS — refletem um projeto de sociedade. Ao mesmo tempo, a saúde é uma enorme frente de expansão econômica e de ciência, tecnologia e inovação, com um diálogo intrínseco com a dimensão ambiental. Saúde não é ausência de doença; é qualidade de vida, é qualidade *da* vida. Portanto, falar em saúde é falar da perspectiva social, econômica e ambiental ao mesmo tempo.

A visão que nós defendemos nessa longa trajetória é que essas dimensões — da transformação econômica e produtiva e da transformação social e ambiental — são interdependentes. Não podemos ter um padrão produtivo, econômico e tecnológico, como diria Celso Furtado, que não seja compatível, funcional, que em si não considere os parâmetros sociais e ambientais relacionados à vida. A estrutura produtiva e tecnológica pode ser convergente ou não com o objetivo do desenvolvimento social e de sustentabilidade ambiental. Não podemos ter um padrão tecnológico em que a saúde seja inacessível para a população, que derrube árvores e seja insustentável e depois quisermos ter políticas ambientais e sociais universais. Essas dimensões têm que ser olhadas de modo articulado e sistêmico.

No conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde o campo econômico e material é concebido como base essencial de suporte ao sistema universal de saúde, envolvendo um subsistema de base químico-tecnológica, um de base mecânica, eletrônica e de materiais e um terceiro, que engloba toda a área de serviços e segue a lógica industrial. Há um processo de hiperindustrialização da saúde: nada mais industrial do que uma grande unidade de diagnóstico e toda área de informação e conectividade. É um sistema integrado, por exemplo, para lidar com a Covid-19: precisamos de vacina, anestésicos para pacientes que vão

“Falar em saúde é falar da perspectiva social, econômica e ambiental ao mesmo tempo.”

para a UTI, ventiladores, tomógrafos, ressonância. Precisamos tratar das pessoas na prevenção, nos hospitais e no diagnóstico e testagem para a Covid-19. O quarto subsistema, de Informação e Conectividade, integra todos os demais subsistemas, reforçando a interdependência e a necessidade de uma visão integrada da saúde como um espaço de desenvolvimento.



É preciso uma ação econômica e social que articule esses subsistemas ou o direito à vida desaba. O sistema desaba se, para tratar a Covid-19, não temos vacina; se não temos atenção básica para que as pessoas mantenham distanciamento social; se não podemos mapear as novas variantes que estão surgindo; se não temos uma base de informação e de conhecimento que utilize Big Data e Inteligência Artificial, dando origem, por exemplo, a uma vigilância epidemiológica inteligente. Esse sistema econômico e produtivo mobiliza 9% do PIB, nove milhões de empregos, inclusive empregos que são gerados em meio à crise brasileira: o emprego em saúde desde 2015 aumentou 30%, enquanto, no emprego nacional, assistimos a uma situação dramática de desemprego e de subocupação.

O gasto em pesquisa e desenvolvimento é de 30% na visão restrita, que inclui apenas ciências biomédicas e da saúde. A nossa estimativa é de que pode chegar a 40%, pois várias áreas do conhecimento – como computação, matemática, economia – estão na área da saúde e não são consideradas no campo da pesquisa e do emprego em saúde.

A saúde é a chave para a entrada do Brasil na 4ª Revolução Tecnológica em curso. Mas assistimos no país a um processo de *reprimarização* da produção, tendo entre os exportados minério de ferro, soja, petróleo cru. O Brasil segue um padrão em que a indústria se torna menos importante e a tecnologia e a inovação menos densas para o tecido produtivo. Assistimos a uma dependência e a um déficit comercial em saúde – área que tem densidade de conhecimento, maiores salários, potencial de emprego. O nosso déficit está explodindo na medida em que o acesso universal se amplia.

Com a pandemia da Covid-19, as nossas importações devem ir para 20 bilhões de dólares, ou seja, um orçamento inteiro do Ministério da Saúde sem gerar emprego e renda no Brasil. Os países que nos cobram o desenvolvimento sustentável não podem ser reativos à cooperação tecnológica e à transferência de tecnologia. É preciso que tenhamos a possibilidade de desenvolvimento de tecnologias

em âmbito produtivo para que mudemos o padrão insustentável, que não consegue garantir os direitos básicos da população.

As importações de insumos farmacêuticos ativos (IFAs) estão em 90%. Emmanuel Macron disse não ser razoável que os produtos mais básicos na França sejam todos importados, tornando o sistema de saúde francês vulnerável. Joe Biden reedita, como primeiro ato, o *Buy American Act*, incluindo o Complexo da Saúde, toda área de produção de equipamentos, materiais, tecnologia de informação, entre outros, como prioridade nos termos americanos. No Brasil, só na área de ventiladores, as nossas importações triplicaram, e com produtos de péssima qualidade. Nossa dependência de equipamentos de proteção individual (EPI) supera um bilhão de dólares. Isso em um contexto de disputa mercantilista, em que países desenvolvidos limitam o acesso de países pobres.

No campo das patentes, os dados são ainda mais assustadores: dez países têm 80% das patentes em saúde. A patente de hoje em saúde é a vulnerabilidade e a dificuldade de acesso amanhã. Não é apenas um indicador de inovação; é um indicador de apropriação dos frutos do conhecimento. Com a velocidade tecnológica — a vacina para Covid-19, por exemplo, foi desenvolvida em um ano —, uma patente de 20 anos é monopólio eterno. Temos que ter um mundo mais competitivo, com mais variedade, do contrário sabemos que o consumidor, o cidadão, é lesado, como aprendemos inclusive na teoria convencional.

Os países de alta renda já vacinaram 64% da sua população com uma dose, e os de baixa renda apenas 1,7% da população. Esses mundos estão completamente desconectados. O lema da Agenda 2030, de “não deixar ninguém para trás”, está sendo rasgado hoje no campo das vacinas por essa assimetria tecnológica bárbara que estamos vivendo. Se de um lado há um discurso muitas vezes humanista, de outro, quando olhamos os interesses econômicos, assistimos a diferentes oportunidades de desenvolvimento e a diferenças no campo da ciência, tecnologia e inovação. Hoje se revela de modo muito claro que isso significa exclusão de povos e

países do seu direito mais fundamental, que é o direito à vida.

Lançamos um primeiro trabalho com essa rede de pesquisadores que tenta romper essa barreira entre o mundo social, econômico e ambiental para pensar de modo articulado um novo projeto nacional de desenvolvimento, na saúde, por ser uma área intrinsecamente decisiva para o desenvolvimento social e que lidera o processo de transformação tecnológica no contexto da 4ª Revolução, e por gerar emprego como talvez nenhuma outra área. E que só vai crescer, na medida em que há o envelhecimento e uma mudança demográfica profunda. A saúde pode aparecer não apenas por seu mérito intrínseco, mas como uma área que muda os

“Os países de alta renda já vacinaram 64% da sua população com uma dose, e os de baixa renda apenas 1,7% da população. Esses mundos estão completamente desconectados.”



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

nossos paradigmas para repensar as nossas próprias apostas e trajetórias de desenvolvimento. A saúde, o bem-estar e a dimensão ambiental são, ao mesmo tempo, frentes da expansão da inovação e do conhecimento e frentes essenciais para o direito ao meio ambiente e à cidadania.

Vamos nos desenvolver e ter capacidade tecnológica para exigir uma globalização que não seja esta, assimétrica e excludente, e sim uma globalização que beba dos grandes pensadores, inclusive brasileiros, como Milton Santos, que nos falava de uma outra globalização, pautada pela solidariedade e pelo acesso.

Keynes mais uma vez nos provoca ao afirmar que “nós precisamos jogar a economia para o banco traseiro da história... os economistas devem ser úteis como os dentistas” (*Possibilidades econômicas para os nossos netos*, 1930). Precisamos voltar a considerar nossa ciência como uma ciência moral em

que os direitos sociais e a proteção do planeta devem nortear o modelo de desenvolvimento. Não podemos mais ser vistos apenas como gestores dos balanços públicos e como arautos do equilíbrio em um mundo que precisa se transformar. Devemos mobilizar nossas melhores energias para contribuir em um projeto nacional de desenvolvimento em que o bem-estar e a sustentabilidade ambiental sejam alavancas para gerar emprego, investimento, renda e recursos que financiem o próprio Estado para fazer sua missão principal: defender a vida, cuidar das pessoas e fornecer um futuro para nossa sociedade e nosso planeta.

**Este artigo foi elaborado com base na apresentação do autor no XXIV Congresso Brasileiro de Economia. Agradeço a Anna Durão, colaboradora do CEE/Fiocruz, pela qualidade do trabalho de revisão e edição final.*

“Precisamos voltar a considerar nossa ciência como uma ciência moral em que os direitos sociais e a proteção do planeta devem nortear o modelo de desenvolvimento.”



Agricultura do Brasil: inovação institucional e capacidade de liderança!

Por José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

O crescimento do agronegócio no Brasil é um fato – o verdadeiro *paradoxo de Prebisch* (Vieira Filho e Silveira, 2016). O setor agropecuário brasileiro conseguiu crescer como nenhum outro segmento de atividade econômica ao longo do tempo. Antes da década de 1960, a agricultura e a pecuária eram atividades atrasadas. Depois da década de 1980, o setor começou a se destacar. Hoje, temos um moderno setor agropecuário que compete no âmbito internacional, gera renda e empregos em toda a cadeia produtiva². O preço dos alimentos caiu, a oferta produtiva expandiu e a economia se diversificou. Até aqui, ninguém discute. A diversificação é, inclusive, a

integração nas cadeias produtivas de valor, não significando “desindustrialização”, como muitos economistas pensam.

A pergunta que fica: isso aconteceu com a indústria? Em alguns setores, conforme livro escrito em coautoria com o Professor Albert Fishlow (Vieira Filho e Fishlow, 2017), mostramos que sim. Estes foram os casos, por exemplo, da Embraer e da Petrobras, os quais são diferentes do exemplo da Embrapa. O nosso livro buscou explicar cada caso de forma bem detalhada. Contudo, no todo, a indústria nacional falhou. Podemos dizer que, exceto as ilhas de excelência, a indústria foi um setor fortemente subsidiado

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
Professor do Programa de Pós-graduação de Economia Aplicada da
Universidade Federal de Viçosa (PPEA/UFV).



Clique e assista a palestra na íntegra

“A diversificação é, inclusive, a integração nas cadeias produtivas de valor, não significando “desindustrialização.”

e com baixa competitividade internacional. Ao contrário, o agronegócio é, portanto, o caso bem-sucedido do desenvolvimento econômico nacional, setor de atividade econômica, inserido em uma cadeia de produção, que conseguiu crescer de forma ininterrupta ao longo das últimas cinco décadas. É possível criticar o modelo “embrapiano” de pesquisa atual? Creio que sim, mas sem um bom diagnóstico da situação, ficaremos na retórica. O que a experiência nos mostrou foi que a construção do sistema nacional de inovação no setor agropecuário, centrado no fomento da pesquisa, alicerçou-se em um profundo diagnóstico, recursos humanos qualificados e investimentos em ciência e tecnologia.

No que se refere à concepção e à criação da Embrapa em finais da década de 1960 e início dos anos 70, a iniciativa dependeu do esforço de muitas pessoas, mas a sua implementação baseou-se na liderança de Eliseu Roberto de Andrade Alves³, homem católico por crença e pesquisador por vocação. Oriundo da área de extensão rural de Minas Gerais, formou-se, em 1954, em engenharia agrônoma na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Viçosa – UFV). Em 1965, foi estudar economia na Universidade de Purdue (EUA), concluindo mestrado e doutorado pouco tempo depois. Os seus estudos econômicos revolucionaram, não somente no passado, mas também no presente, a forma de enxergar a economia rural no Brasil. Foram trabalhos escritos com diversos autores, professores americanos, assim como bons economistas brasileiros.

À época, Eliseu Alves foi influenciado pelo Professor Theodore W. Schultz, da escola de modernização agrícola (Schultz, 1953), que mais tarde foi agraciado com o Nobel de Economia em 1979. Escreveu trabalhos com o Professor George Edward Schuh, importante brasilianista, destacando o livro “*The agricultural development of Brazil*” (Schuh e Alves, 1970). A sua dissertação de mestrado “*An economic evaluation of the impact of an extension program, Minas Gerais, Brazil*” (Alves, 1968) foi citada por Hayami e Ruttan (1985), obra referência na economia rural, que influenciou toda uma geração de estudos sobre inovação. Desde 2010, escreveu uma série de documentos

e artigos, mas em especial o capítulo do livro do Ipea em coautoria com Daniela P. Rocha, intitulado “*Ganhar tempo é possível?*” (Alves e Rocha, 2010). Este trabalho pautou o debate acadêmico e das políticas públicas, identificando a forte desigualdade produtiva do setor no Brasil, além de buscar soluções para esta questão ao longo da década seguinte. O seu ponto de vista foi fundamental para reposicionar o debate em torno da produção familiar e repensar maneiras de como inserir a agricultura de menor porte nos mercados mais dinâmicos. Seus conhecimentos de matemática e de economia foram essenciais para elaborar bons diagnósticos, assim como realizar profundas reflexões sobre o atual mundo rural.

Entre 1968 e 1973, a economia brasileira crescia, em média, 11,2% ao ano. Havia um problema a resolver: como aumentar a produção de alimentos? De acordo com Pastore (1971), havia uma tese que “*a oferta agropecuária não respondia a preços*”. A explicação para a polêmica da oferta inelástica estava relacionada à composição setorial daqueles anos em dois pontos: 1) latifúndios não capitalistas; e 2) minifúndios improdutivos. O resultado deste cenário era claro: um processo crônico de inflação. Nesse sentido, buscou-se testar: 1) a racionalidade (resposta da produção aos preços e a eficiência na alocação dos fatores) e 2) taxa de retorno dos investimentos em fatores tradicionais nas regiões mais pobres. A conclusão foi a de que a produção reagia aos preços relativos. Além disso, quanto mais avançada a região, havia condições criadas para uma maior mobilidade de fatores e, conseqüentemente, maior resposta da produção aos preços relativos⁴.

Ficou claro a necessidade de reorientar as

políticas públicas de modernização agropecuária no país. Para aumentar a produção, haveria dois caminhos:

1. deslocamento ao longo da curva de oferta, resultado de curto prazo e eficácia duvidosa (com certa elevação dos preços); ou

2. deslocamento da curva de oferta, resultado de médio e longo prazo, o que demandaria investimentos públicos e privados em extensão, ciência e tecnologia (resultado que poderia ocasionar inclusive redução de preços).

Assim, a formulação de políticas públicas deveria focar no desenvolvimento de capital humano e de mudanças tecnológicas. Seria preciso, então, gerar uma inovação institucional induzida (Ruttan, 2001; Alves, 2010). No que tange ao processo de reformulação institucional, é interessante aqui descrever de forma sucinta como um grupo de cientistas sociais condicionaram a trajetória dos acontecimentos. Assim, podemos aprender com os acertos e replicar a experiência do setor agropecuário em outros segmentos da economia. Em finais da década de 1960, Delfim Netto (Ministro da Fazenda) e Cirne Lima (Ministro da Agricultura) reuniram profissionais, com sólida formação econômica, para trabalhar o problema: *“por que a agricultura brasileira, a despeito de ter um bom serviço de extensão e um avançado programa de crédito, não evoluiu?”* O grupo era formado por José Pastore, Eliseu Alves, Affonso Pastore, Guilherme Dias, Aloísio Campello e Carlos Langoni.

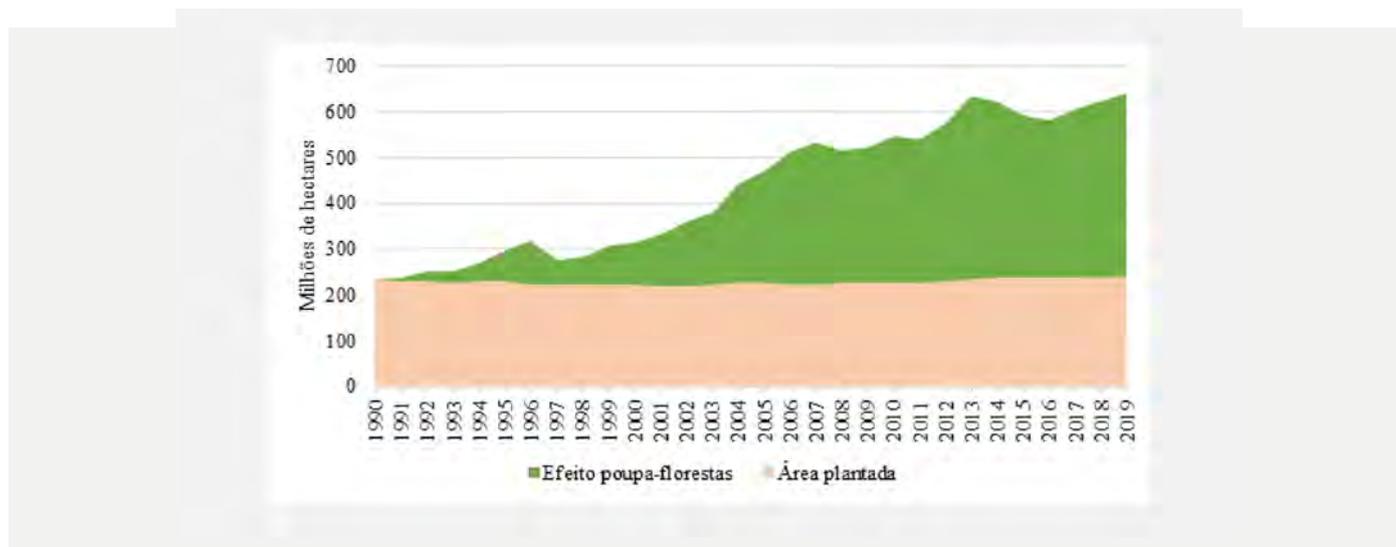
Entre 1971 e 1972, Dias (1974) mostrou que as tecnologias disponíveis no Brasil não eram suficientes para manter a extensão rural. O estoque de conhecimento existente não seria suficiente para municiar a extensão rural por mais de três anos na disseminação das tecnologias. Rejeitou-se, portanto, a tese de que: *“havia tecnologia suficiente e o problema produtivo estava na ausência de difusão”*. Delfim Netto usou este argumento e outras evidências para apoiar a pesquisa pública. Em 1972, o grupo sugeriu a criação de um novo arranjo institucional de pesquisa. Em 1973, a Embrapa foi criada. Em 1974, Alysso Paulinelli foi nomeado Ministro da Agricultura. Apesar da mudança de governo, o caminho da mudança institucional já estava

traçado. A consolidação da diretoria da Embrapa (Irineu Cabral, Eliseu Alves, Almiro Blumenshein e Edmundo Gastal) foi decisiva na edificação da instituição na primeira década, que deixaria de ser uma promessa para se tornar uma realidade. Inicialmente, a diretoria executiva da recém-criada empresa implementou o audacioso projeto de capacitação de recursos humanos, enviando cerca de dois mil técnicos para formação de mestrado e de doutorado no exterior, o que foi considerado àquela época o maior programa de qualificação profissional do mundo.

O processo substitutivo de importações ocasionava uma valorização cambial, deprimindo os preços dos produtos agrícolas exportados. Esta depreciação, segundo Alves e Pastore (1978), beneficiava a industrialização em detrimento da agricultura. No entanto, com a modernização agropecuária, verificou-se a expansão da oferta e a queda dos preços dos alimentos no mercado interno, ocasionando o que seria talvez o *maior programa de redistribuição de renda no Brasil* desde os anos 70. A incorporação do Cerrado à produção foi a primeira entrega de alto impacto dos investimentos em pesquisa da Embrapa. Em seguida, vieram as novas variedades de sementes adaptadas ao clima tropical. De 1977 a 2020, a área plantada duplicou praticamente no mesmo período em que a produtividade triplicou, ou seja, produz-se mais em uma mesma área de terra. Em 2020, a participação estimada no produto interno bruto (PIB) do setor agropecuário estava em torno de um quarto da economia brasileira. Neste mesmo ano, a safra colhida foi recorde em torno de 257 milhões de toneladas.

De um lado, o aumento do excedente produtivo foi acompanhado por uma forte adoção de novos conhecimentos e tecnologia, o que proporcionou um elevado efeito poupa-florestas. Conforme o Gráfico 1, tem-se o efeito poupa-florestas, que significa evitar a queima de matas e florestas para a constituição de áreas agricultáveis. A dimensão deste efeito só foi perceptível com a incorporação de práticas sustentáveis de produção. Com a tecnologia do passado, para se produzir a quantidade do presente, seria necessário aumentar a área agropecuária em 167%, saindo de 240 milhões de hectares para cerca de 640 milhões de hectares.

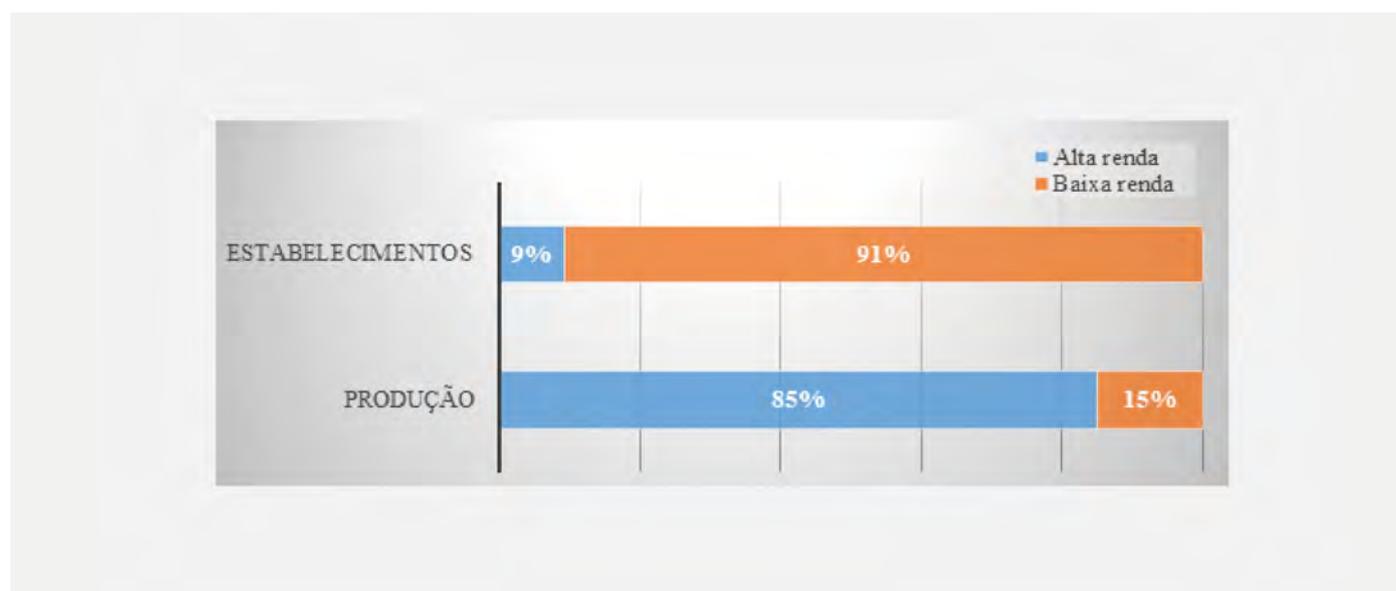
Gráfico 1 – Efeito poupa-florestas no Brasil (1990 a 2019)



Fonte: Vieira Filho (2019b)

De outro lado, observou-se uma forte concentração produtiva. Conforme o Gráfico 2, em 2017, 9% dos estabelecimentos mais ricos responderam por 85% da produção; enquanto 91% dos estabelecimentos mais pobres foram responsáveis por apenas 15% da produção. O modelo agropecuário cresce segundo uma lógica schumpeteriana de análise (Vieira Filho et al., 2005). Os agentes mais competitivos são cada vez mais intensivos em capital e menos dependentes do fator trabalho.

Gráfico 2 – Concentração produtiva no setor agropecuário brasileiro em 2017



Fonte: Vieira Filho e Gasques (2020).



Desde a criação da Embrapa na década de 1970, a agricultura brasileira esteve baseada em ciência e tecnologia, o que propiciou o crescimento exponencial da produção ao longo do tempo. A partir de então, os nossos desafios estiveram relacionados ao enorme excedente produtivo gerado. O investimento foi essencial para fomentar a inovação e, conseqüentemente, aumentar a produtividade. Como observado por Vieira Filho e Gasques (2020), para um aumento de 100% do valor bruto da produção, a tecnologia foi responsável por cerca de 61% deste crescimento. Entre 2006 e 2017, a participação do trabalho caiu no período, de 31,3% para 19,5%, respectivamente os dois últimos levantamentos censitários. Na última década, a produtividade total dos fatores (PTF) cresceu a 2,21% ao ano. Essa taxa foi superior à média da PTF americana (1,21%) e à mundial (1,71%).

Com mais de 60 anos dedicados ao país e à agricultura brasileira, é natural que o nome de Eliseu Alves seja reconhecido como o mentor da moderna agricultura do Brasil, embora nessa trajetória tenham participado diversos atores e personagens⁵. A experiência brasileira centrou-se no planejamento econômico e na organização institucional da pesquisa aplicada. Há muito o que a aprender com esta experiência bem-sucedida da agricultura brasileira. Não tenho dúvidas de que a indústria, se bem pensada e liderada, pode desenvolver trajetória similar.

Vale a pena destacar alguns relatos. Segundo Delfim Netto, em depoimento pessoal, descreveu Eliseu Alves como sendo *“um mineiro, cientista jeitoso, humilde, perseverante e convincente, o genial pai da Embrapa e, portanto,*

*da moderna agricultura brasileira”*⁶. De acordo com José Pastore, *“em todo o processo, Eliseu Alves foi o grande cérebro do projeto. Com a sua simplicidade e vasto conhecimento teórico e prático, ele foi sendo cada vez mais reconhecido como a grande referência da Embrapa e da agricultura brasileira. O Brasil deve muito a ele”*.

O setor agropecuário brasileiro avançou muito. Contudo, não se pode achar que os nossos problemas já estão resolvidos. Para pensar o futuro, é necessário criar novas lideranças,

assim como elaborar bons estudos econômicos, por competentes economistas e cientistas. A formação matemática dos economistas é central nesse processo, no intuito de avaliarmos os números e traçarmos metas, além de identificarmos os verdadeiros fatos e elaborarmos as corretas políticas desenvolvimentistas. Existem muitos desafios, que ainda persistem. No caso do setor agropecuário nacional, finalizo este breve artigo, que é uma singela homenagem ao visionário que foi o pesquisador Eliseu Alves, com alguns pontos a serem pensados. Os desafios atuais são:

- Aumentar a capacidade de absorção de conhecimentos e de novas tecnologias, via melhoria da educação e do grau de escolaridade dos produtores no campo;
- Elaborar políticas que possam fomentar os arranjos cooperativistas entre os agricultores de menor porte;
- Expandir a modernização da frota de máquinas e tratores agrícolas;
- Investir na infraestrutura logística e de armazenamento, com o intuito de obter ganhos de eficiência produtiva;
- Em relação à concentração produtiva, o grande desafio é como incluir cerca de 4 milhões de famílias na moderna produção. A solução seria reter este contingente no meio rural por programas de transferência de renda ou deixá-lo migrar para as zonas urbanas, abandonando o campo?
- Permitir que a sustentabilidade ambiental esteja na equação de produção, sendo a tecnologia parte da solução dos problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Professor do Programa de Pós-graduação de Economia Aplicada da Universidade Federal de Viçosa (PPEA/UFV). E-mail: jose.vieira@ipea.gov.br

2 Para um diagnóstico completo do setor agropecuário brasileiro, recomenda-se a leitura dos diversos estudos que lançamos na última década aqui no Ipea, tais como Gasques et al. (2010), Vieira Filho e Gasques (2016), Vieira Filho e Fishlow (2017), Vieira Filho (2019a) e Vieira Filho e Gasques (2020).

3 Para uma entrevista biografada com o fundador da Embrapa, leia o livro de Duarte (2018) e assista à entrevista em Ipea (2021b).

4 Pastore (2021) faz uma boa recapitulação da sua experiência em relação aos estudos de economia rural, mostrando que, por volta dos anos 60, havia teses equivocadas sobre o setor agropecuário brasileiro.

5 Em setembro de 2021, o Ipea realizou um seminário virtual intitulado “*O desenvolvimento da agricultura brasileira e o papel da Embrapa*”. Na ocasião, há um interessante debate em torno do trabalho de Eliseu Alves, assim como uma entrevista com este pesquisador. O conteúdo pode ser acessado no canal do Ipea em (Ipea, 2021a e 2021b).

6 Revista Globo Rural de abril de 2020 trouxe a entrevista “*Eliseu Alves: a lenda da Embrapa*”, contando a trajetória profissional do cidadão que se confunde com a história da pesquisa agropecuária brasileira.

ALVES, E.R.A.; PASTORE, A.C. Import substitution and implicit taxation of agriculture in Brazil. *American Journal of Agricultural Economics*, p.865-871, 1978

ALVES, E.R.A.; ROCHA, D.P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J.G., VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010. Cap.11, p.275-290.

DIAS, G.L.S. Avaliação do serviço de extensão rural: considerações gerais sobre o impacto econômico da extensão rural. *Estudos Econômicos*, v.4, n.3, p.7-52, 1974.

DUARTE, J. *Prosa com Eliseu*. Brasília: Embrapa, 2018. 155p.

GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. *Agricultural development: an international perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “*O desenvolvimento da agricultura brasileira e o papel da Embrapa*”. Brasília: Ipea, 2021a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=AwCsl1_SC1g&t=5572s]

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “*O pai da moderna agricultura*”. Brasília: Ipea, 2021b. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KiAb_hM-JkI]

PASTORE, A.C. A oferta de produtos agrícolas no Brasil. *Estudos Econômicos*, v.1, n.3, p.35-69, 1971.

PASTORE, A.C. Erros do passado, soluções para o futuro: a herança das políticas econômicas brasileiras do século XX. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2021. 343p.

RUTTAN, V.W. *Technology, growth, and development: an induced innovation perspective*. New York: Oxford University Press, 2001. 656p.

SCHUH, G.E.; ALVES, E.R.A. *The agricultural development of Brazil*. New York: Frederick A. Praeger, 1970.

SCHULTZ, T.W. *The economic organization of agriculture*. New York: McGraw-Hill Book Compan, 1953. 374p.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. *Agricultura e Indústria no Brasil: Inovação e Competitividade*. Brasília: Ipea, 2017. 305 p.

VIEIRA FILHO, J.E.R. (Org.). *Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira*. Brasília: IPEA, 2019a. 368p.

VIEIRA FILHO, J.E.R. Innovation and development of Brazilian agriculture: research, technology and institutions. In: BUAINAIN, A.M.; LANNA, R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Agricultural development in Brazil: the rise of a global agro-food power*. New York: Routledge, 2019b. Cap.6. p.108-122.

VIEIRA FILHO, J.E.R.; CAMPOS, A.C.; FERREIRA, C.M.C. Abordagem alternativa do crescimento agrícola: um modelo de dinâmica evolucionária. *Revista brasileira de inovação*, v.4, n.2, p.425-476, jul.-dez. 2005.

VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. (Orgs.). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: IPEA, 2016. 391p.

VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. (Orgs.). *Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos de Censo Agropecuário*. Brasília: IPEA, 2020. 410p.

VIEIRA FILHO, J.E.R.; SILVEIRA, J.M.F.J. Competências organizacionais, trajetória tecnológica e aprendizado local na agricultura: o paradoxo de Prebisch. *Revista Economia e Sociedade*, v.25, n.3(58), p.599-629, 2016.

O Papel do Mercado de Capitais e o Mercado de Trabalho

Por Cesar Bergo

No mercado de capitais, a partir da última década do século passado, surgiram novos processos com foco em uma gama de procedimentos relacionados, principalmente, com a governança corporativa, compliance, controles internos e risco operacional. Em um plano geral, podemos afirmar que todos esses processos visam possibilitar o equilíbrio do ambiente de negócios, bem como reforçar os aspectos ligados aos interesses de cada um dos agentes econômicos, que precisam ser adequadamente atendidos, a saber:

a) Famílias e sociedade: garantia de

renda, maior taxa de poupança, investimentos em infraestrutura, inovação e estabilidade econômica.

b) Investidores: maior opção e diversidade de investimento, melhor critério de seleção de projeto, melhor precificação e maiores taxas de retorno, mercado secundário com liquidez, adequação de prazos e taxas.

c) Empresas: base de investidores maiores, menor custo de intermediação financeira, inovação, melhores instrumentos de financiamento.

d) Governo: maior liquidez e menor custo

César Bergo

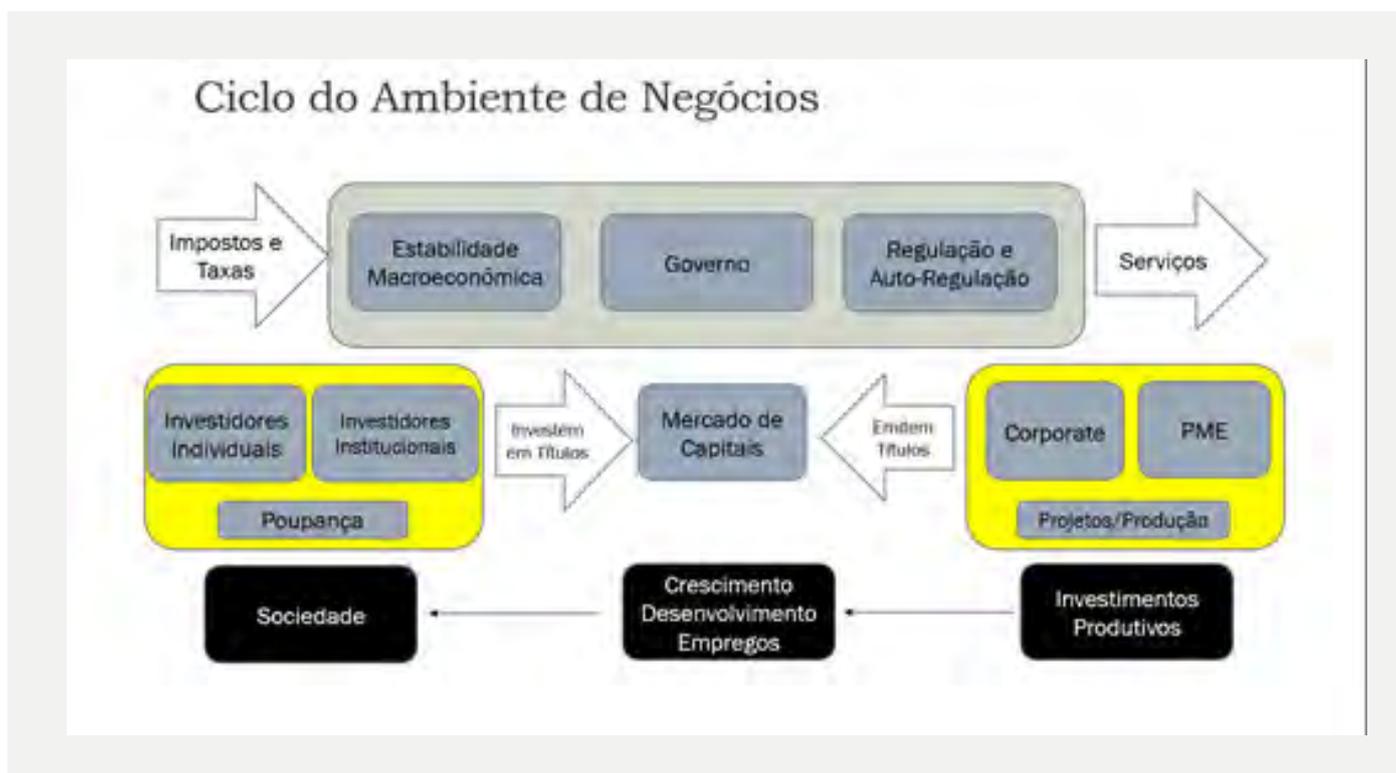
Presidente do Corecon-DF. Economista, sociólogo e mestre em finanças, especialista em Administração Estratégica e Governança Corporativa pela FIA/USP. Professor de cursos do mercado financeiro e de capitais e de pós-graduação universitária, inclusive na UnB. Atua há mais de 40 anos no mercado financeiro tendo exercido cargos de executivo em bancos, corretoras e distribuidoras de valores, além de possuir diversas certificações para atuar no mercado financeiro.



[Clique e assista a palestra na íntegra](#)

para financiamento da dívida pública, curvas mais longas facilitando a transmissão da política monetária para a economia real.

O esquema abaixo mostra o funcionamento do mercado e como ocorre a interrelação entre os diversos agentes econômicos:



Com efeito, poderíamos trazer à discussão o histórico dos acontecimentos de outras nações, mas a atuação dos agentes de intermediação do mercado de capitais local, com destaque para os Bancos de Investimento, Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, sob a tutela da Comissão de Valores Mobiliários, tem ensejado uma gama de instrumentos e veículos de investimento e de financiamento que, a cada ano, consolida a tão almejada perspectiva de crescimento e desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda.

As consequências positivas para o governo seriam observadas na melhoria da eficiência das políticas fiscal, monetária e cambial, além de proporcionar o aumento da arrecadação e a redução de despesas. Para os investidores, podemos apontar as vantagens da melhoria na educação financeira com perspectiva de melhor rentabilidade dos investimentos, redução de risco e adequada diversificação. E para melhoria do cenário do mercado de trabalho, este ambiente é altamente propício ao fortalecimento do mundo corporativo, eis que induz as empresas a terem maior produtividade e buscarem a melhora na qualidade de sua gestão, com incentivo ao planejamento de longo prazo, abrindo espaço favorável à inovação.

Especificamente com relação ao mercado de trabalho, vale dizer que, no presente momento, é provável que eu, você e mais alguém estejamos trabalhando em uma atividade fadada a desaparecer e, às vezes, não nos apercebemos, até que finalmente entramos nas estatísticas do desemprego. Com certeza, o problema poderia ser contornado se cada um de nós tivéssemos a coragem de tomar as decisões corretas na época oportuna. Porém, este acontecimento não é privativo de uma única pessoa, mas de um coletivo pois a realidade demonstra que não existem outros trabalhos disponíveis na área que escolhemos para atuar. A dinâmica do mercado faz com que esses postos de trabalho se tornem cada vez mais escassos.

Tudo isso porque o centro de gravidade do emprego nas últimas décadas está se transferindo, rapidamente, de trabalhadores manuais e burocráticos, para trabalhadores com conhecimento, que

resistem ao modelo de comando e de controle que os negócios assumiram no passado.

A economia, também, exige mudanças, especialmente no que diz respeito à necessidade de as grandes organizações inovarem e de se tornarem empreendedoras. Mas é a tecnologia que exige e exigirá mudanças ainda maiores e, conforme os avanços, as novas fronteiras do conhecimento se tornam prevaletentes. Nós, economistas, como cientistas sociais que também somos, temos que nos engajar mais intensamente nas análises e diagnósticos para não correr o risco de sermos simplesmente atropelados pela dinâmica dessas novas circunstâncias.

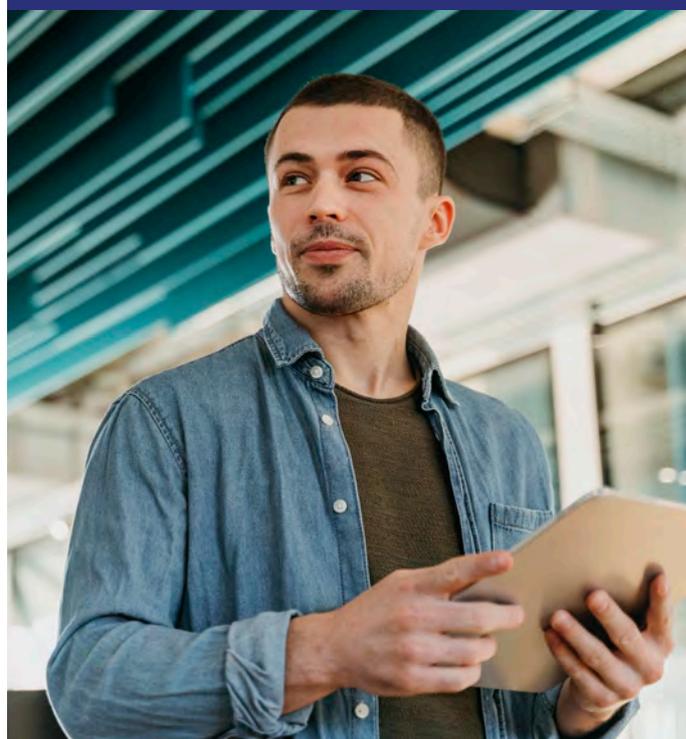
Para exemplificar, temos que, até bem pouco tempo, a maioria dos usuários dos recursos de telemática fazia uso das novas tecnologias apenas para acelerar o que sempre fizeram antes no processamento de dados numéricos convencionais. Mas hoje, o foco foi colocado na informação, com impactos diretos nos processos decisórios, estruturas gerenciais e, até mesmo, nas formas com que o trabalho é executado. Essa realidade tem alterado significativamente a relação entre o trabalho operacional e a mão-de-obra necessária para realizá-lo no tempo.

Outro aspecto importante é a dimensão das estruturas organizacionais. Fica claro que tanto o número de níveis gerenciais, quanto o número de empregados sofrem cotidianamente cortes abruptos. A razão disso é que a função principal de todo esse contingente de pessoas era atuar no suporte de atividades que, simplesmente, seguem desaparecendo.

Por isso, podemos notar a constante e rápida mutação do mercado de trabalho, refletindo nova visão, que exige a revisão de métodos, ferramentas e técnicas, para adequação da força de trabalho. O novo profissional deve estar preparado para vencer desafios e adaptar-se ao rápido ritmo de mudança. Parte da geração de trabalhadores atual, encarregada de implementar avanços tecnológicos cada vez mais radicais, deveria prestar atenção a um problema que diz respeito a gerações anteriores, carentes de enxergar nas novas oportunidades tecnológicas a saída sensata para o problema do desemprego estrutural. O certo é que as novas tecnologias

demonstram funcionar e fornecem vantagem competitiva estratégica suficiente que justificam o risco de implementá-las.

“O novo profissional deve estar preparado para vencer desafios e adaptar-se ao rápido ritmo de mudança.”



No caso brasileiro, temos agravantes ocasionadas pelas questões econômicas locais, que afetam diretamente o nível de estabilidade dos empregos e, também, pelo marco regulatório, que remonta práticas do início do século passado, portanto bastante arcaicas. Isto gera insegurança e custos adicionais para toda a estrutura do sistema trabalhista brasileiro.

Por outro lado, o marco regulatório do mercado de capitais brasileiro mostra-se em sintonia com as práticas observadas nos demais mercados internacionais e oferece condições para o surgimento de soluções permanentes,

que poderão contribuir significativamente para o crescimento do emprego em nosso país, observada a nova realidade.

É sabido que, no Brasil, setores-chave do ponto de vista do produto, como os setores metalúrgico, siderúrgico, elétrico, químico e petroquímico não geram muito emprego, e os setores mais importantes do ponto de vista de geração direta e indireta de empregos são vinculados à agroindústria, à indústria da construção civil e ao serviço público em geral.

Neste cenário o Estado brasileiro ainda continua sendo o agente fundamental em todo o processo, coordenando a ação geral, concedendo crédito à produção e ao investimento, promovendo programas de incentivos ao treinamento da mão de obra e implantando a necessária infraestrutura.

O desenvolvimento de projetos-chave pelos agentes de intermediação do mercado de capitais brasileiro pode ser fundamental para gerar economias de escala e desencadear uma série de efeitos induzidos no conjunto da economia. A estratégia de crescimento precisa ser voltada para a produção de manufaturados, com altos coeficientes de trabalho. Com base em experiências internacionais recentes podemos observar que as exportações industrializadas geralmente são intensivas em trabalho, exercendo, portanto, importantes impactos sobre a geração de empregos.

Eventuais parcerias no âmbito de um mercado de capitais reconhecidamente maduro, também viabilizarão a implantação de infraestruturas nas diversas regiões do país, bem como projetos que gerem valores para os programas de incentivos às pequenas e médias empresas e possibilitem uma descentralização industrial e o estabelecimento de programas de desenvolvimento agrícola. Tudo isso afigura-se com uma janela de oportunidades para o mercado de capitais, no particular, e para a sociedade brasileira no geral, que não pode ser desprezada e que terá fundamental papel na recuperação das atividades econômicas e, por conseguinte, do nível de emprego local.

A estabilização da economia, além de inúmeros benefícios diretos para o país tem, também o escopo de atrair capitais estrangeiros em volumes crescentes, de sorte que o

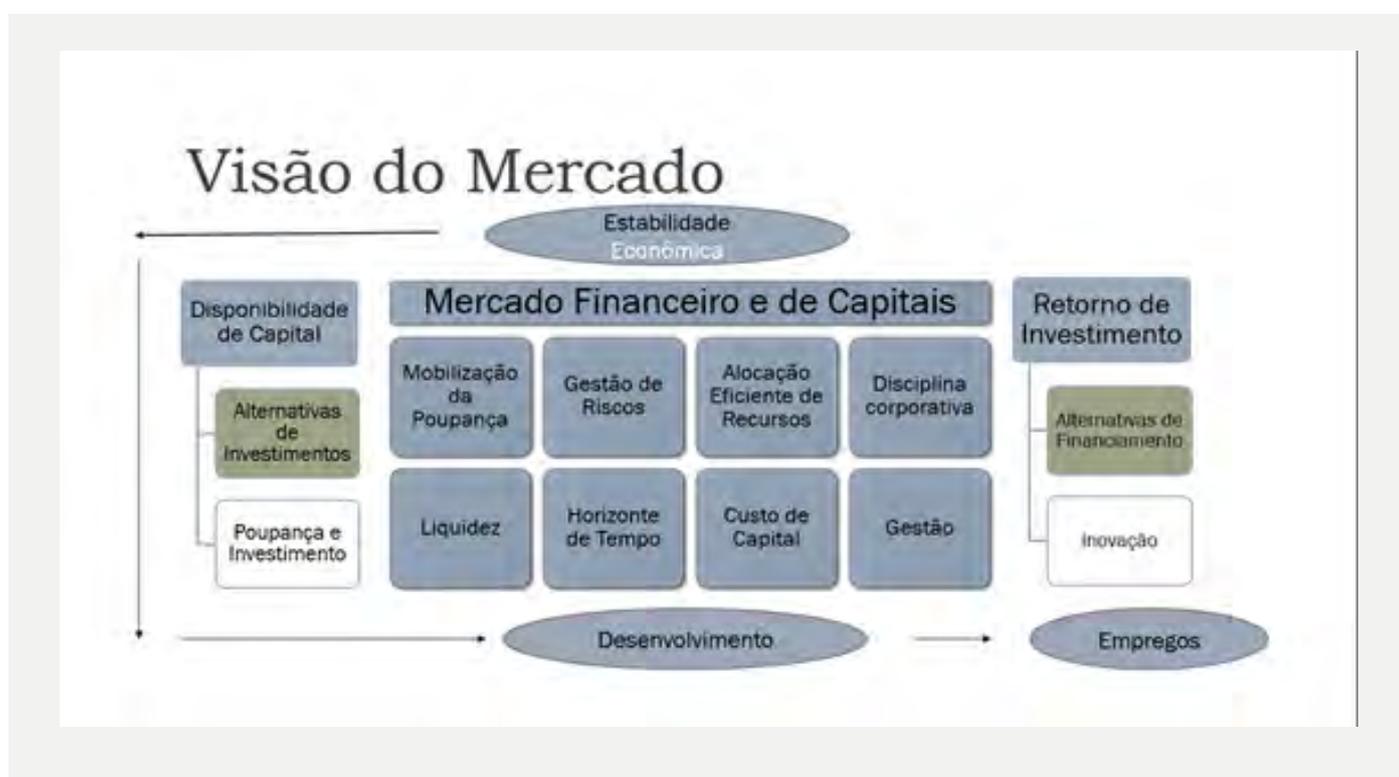
crescimento econômico tenderá a ser efetuado em função, também, dos investimentos privados. Ao Estado caberá, por seu turno, aumentar sua eficiência e agir preferencialmente na melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento econômico do país.

Quanto maior o grau de estabilidade e previsibilidade do ambiente de negócios no Brasil, maior será a presença do ferramental de mercado de capitais como indutor do desenvolvimento e na geração de emprego e renda, sobretudo por possibilitar melhor mobilização e alocação da poupança interna, redução do custo de capital para os empreendimentos, aumento na disponibilidade de recursos, maior liquidez, tanto para empresas como para os investidores, melhoria da taxa de retorno dos empreendimentos, viabilização de maior número de projetos. Isso, por si só, impactaria positivamente a economia proporcionando expansão da produção, com aumento de renda e criação de empregos.

Mas os ganhos intangíveis seriam ainda maiores. A qualidade na gestão dos processos com a natural observância dos princípios de governança possibilita ganhos exponenciais na eficiência de todo sistema econômico e a garantia de adesão à melhoria das questões sociais e ambientais propicia o tão almejado desenvolvimento autossustentável.

Os investimentos em meio ambiente, saúde, segurança, práticas trabalhistas e no desenvolvimento de comunidades locais são importantes vetores de tendência observada no mercado global, ensejando a melhora da reputação das empresas, com excelente desempenho nas dimensões regulatória e social, com impactos diretos no mercado de trabalho, sobretudo por ajudar as empresas a atrair e a reter empregados de alta qualidade, tornando os processos de recursos humanos mais eficazes e eficientes. Além disso, a redução de acidentes ambientais e a melhoria da segurança e da saúde dos empregados aumentam a produtividade e reduzem custos operacionais. Podemos comprovar no mercado de capitais que as empresas com reputação notável nesses segmentos, geralmente desfrutam de ótima imagem perante os clientes e os investidores socialmente conscientes.

Finalmente, vale destacar que países como o Brasil foram dotados de grande base de recursos naturais, mas investiram mal em pessoas e sistemas. Em consequência, a sua produtividade per capita é mais baixa e desfruta de taxa de crescimento muito mais reduzida do que países que possuem poucos recursos naturais, mas investem intensamente em capital humano e em capital da informação, assim como em processos eficazes. No nível macroeconômico e microeconômico, não temos dúvida em afirmar que os ativos intangíveis podem impulsionar a criação de valor a longo prazo e favorecer toda a economia brasileira, conforme o esquema abaixo apresentado:



Todas essas conexões procuram ilustrar como a gestão eficaz do desempenho regulatório e social é capaz de impulsionar, no longo prazo, a criação de valor para economia brasileira. Fica claro também que os fenômenos provocados pelas novas tecnologias impactaram diretamente o mercado de trabalho global e não só o brasileiro. Portanto, o mais significativo é que temos um mercado de capitais que está pronto para vencer desafios e profissionalmente preparado para contribuir para o fortalecimento da economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA Jr., Paulo Nogueira – O Brasil não cabe no quintal de ninguém – São Paulo: LeYa, 2019.

DOWBOR, Ladislau. A era do Capital Improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

GIAMBIASI, Fábio – Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GROS, Daniel – Forbes: as maiores histórias do mundo de negócios – São Paulo: Companhia das Letras, 1997

KAPLAN, Robert S – Mapas Estratégicos – Balanced Sco-

recard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis / Robert S Kaplan, David P. Norton – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

McGOWAN, William G. – Revolução em tempo real: Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCHWAB, Klaus – Aplicando a quarta revolução industrial. São Paulo: EDIPRO, 2018.

SOUZA, Nali de Jesus – Desenvolvimento Econômico – São Paulo: Atlas, 1999.

YORDON, Edward – Projetos Virtualmente Impossíveis – São Paulo: Makron Books, 1999.

Câmbio e Acumulação de Capital

Por Benito Salomão

A taxa de câmbio é uma variável demasiadamente controversa na economia, de forma que quaisquer tentativas de prever comportamentos futuros a seu respeito são problemáticas em função da capacidade desta variável sofrer flutuações inesperadas a partir de reversões no quadro de expectativas, sobretudo em países emergentes. Em outras palavras, a decisão de portar moeda doméstica vis a vis moeda estrangeira está atrelada a um certo grau de confiança dos agentes, fator este, extremamente subjetivo e de difícil alcance por parte da política macroeconômica.

No Brasil, o câmbio foi utilizado na estratégia de estabilização inflacionária no Plano

Real, em um contexto de abertura comercial, se esperava que a paridade Real versus Dólar ajudasse a conter os preços domésticos por vias da concorrência entre produtos domésticos e importados. Anos mais tarde, diante de dificuldades crescentes no Balanço de Pagamentos e a necessidade de elevados volumes de reservas internacionais para sustentar o então regime de bandas cambiais, foi instituído o regime de câmbio flutuante, o que se deu por vias do Comunicado do Banco Central nº 6565 de 18 de janeiro de 1999.

O Brasil acaba de completar, portanto, 22 anos de regime de câmbio flutuante. É bem verdade que mesmo diante da adoção de tal

Benito Salomão

Economista com mestrado pela UFU e doutorado em andamento pela mesma Universidade. Estuda e pesquisa sobre Macroeconomia, Economia do Setor Público, Política Fiscal, Federalismo Fiscal no Brasil e Economia Brasileira Contemporânea. Trabalhou anteriormente como Professor de Graduação e Pós-Graduação *Latu Sensu* também como palestrante e consultor e avaliador de políticas públicas.



regime, o Banco Central sempre interveio no mercado de divisas, quando esta flutuação ameaçava comprometer algum objetivo da política macroeconômica. Ao longo de todo este período, o valor do Real frente ao Dólar apresentou comportamentos muito distintos, ora apreciado, ora excessivamente depreciado.

A concepção do regime de câmbio flutuante se deu porque que nele a taxa de câmbio é utilizada quase que exclusivamente para equilibrar o Balanço de Pagamentos, inexistindo do país grandes quantidades de reservas para tanto. Em se tratando de taxa de câmbio, no entanto, não há soluções sem custos. Rodrik (2008), por exemplo, sustenta que esta variável pode influenciar o crescimento econômico por vias dos seus efeitos para o setor manufatureiro. Para a economia brasileira, autores como Bresser Pereira e Marconi (2008) têm discorrido sobre evidências de doença holandesa, isto é, elevação do preço internacional de *commodities* levando à apreciação cambial e desestimulando o setor de manufatura.

Por outro lado, desvalorizações cambiais podem causar repiques inflacionários por vias do encarecimento dos preços de produtos importados, fenômeno este conhecido como efeito *pass-through*. Depreciações excessivas com efeitos inflacionários podem, também, pressionar, a posteriori, a taxa de juros, influenciando negativamente o crescimento econômico. Calibrar a política cambial é, portanto,

sempre um grande desafio cujos efeitos colaterais são inevitáveis.

Para além do nível da taxa real de câmbio, uma preocupação adicional que se impõe está relacionada com a sua volatilidade. No Brasil, desde a supracitada adoção do regime de câmbio flutuante, o comportamento desta taxa alternou entre períodos de alta volatilidade com períodos de baixa volatilidade. Há evidências de que a supracitada volatilidade da taxa de câmbio está associada com a redução do crescimento econômico, isto é o que está documentado na contribuição de Vieira e Damasceno (2016), entre outros autores.

O Brasil apresentou, ao longo destes anos, períodos de excessiva volatilidade na taxa de câmbio. Após a mudança do regime de bandas cambiais para câmbio flutuante, em 1999, houve forte volatilidade; em seguida, no ano de 2002, por fatores relacionados à política, novamente este fenômeno foi verificado. Em 2008, em função do nervosismo nos mercados financeiros e de capitais no mundo todo, a volatilidade na taxa de câmbio apareceu novamente. A partir de 2014, episódios domésticos como a eleição daquele ano, seguida pelo processo de impeachment que se arrastou por meses até ser concluído em 2016, sucedido por outros episódios como a própria paralisação nacional do setor de transportes e, mais recentemente a crise do COVID-19, fizeram com que períodos de volatilidade na taxa de câmbio se tornassem muito mais frequentes.



A volatilidade na taxa de câmbio interfere diretamente na previsibilidade acerca do preço corrente dos produtos finais e intermediários comercializados com outros países. No caso das importações, isso interfere na estrutura de custos das empresas por vias do preço de bens intermediários cotados em moeda estrangeira. Firms que dependem de componentes importados para produzir, em contextos de excessiva volatilidade da taxa de câmbio, se deparam com o problema do momento adequado de importar, perdendo condições de prever o comportamento futuro da moeda e se expondo ao risco de realizar a importação sob condições cambiais desfavoráveis, o que interfere em seus lucros. Isso pode ser solucionado por hedge, produtos financeiros voltados a proteger importadores de flutuações cambiais, mas que também significa custos adicionais para as empresas.

Em outras palavras, a volatilidade na taxa de câmbio obstrui o crescimento econômico por vias dos seus efeitos prejudiciais ao investimento, isso é o que demonstra estimativas deste autor. As estimativas sugerem, ainda, que os efeitos prejudiciais da volatilidade cambial sobre a acumulação de capital se intensificaram no período pós-crise de 2008. Isto pode ter contribuído para a desaceleração da economia brasileira verificada na última década. Inúmeros autores de várias correntes de pensamento sustentaram ao longo de séculos de investigação

econômica, que as economias dependem da acumulação de capital para que cresçam e o Brasil não há de fugir à regra.

Portanto, é preciso ter um olhar um pouco mais atento ao câmbio, não necessariamente à sua cotação propriamente dita, que deve estar submetida aos objetivos mais amplos da política macroeconômica. Mas sim, é preciso atenuar seus movimentos bruscos de curto prazo que têm inibido o investimento no Brasil e comprometido o seu desempenho econômico recente.

Não se trata de mudar o regime cambial, nem tão pouco de retornar ao regime de bandas cambiais verificados no passado distante. A taxa de câmbio pode (e deve) flutuar para acomodar choques macroeconômicos domésticos e internos. Mas se trata sim de começar aparando as arestas que têm radicalizado o ambiente político nacional e contagiado a confiança na economia brasileira. Episódios políticos estão normalmente relacionados com a exacerbação da volatilidade da taxa de câmbio, foi assim em 2002, durante o período eleitoral e também foi assim entre as eleições de 2014 e o impeachment de 2016. A democracia brasileira é demasiadamente jovem e os testes aos quais ela tem sido submetida nos últimos anos exacerbam as incertezas econômicas, fazendo com que decisões de investimento sejam postergadas. Outra questão a ser considerada são as incertezas do campo fiscal, que seguramente contribuem para um comportamento mais volátil do câmbio.

“Não se trata de mudar o regime cambial, nem tão pouco de retornar ao regime de bandas cambiais verificados no passado distante. A taxa de câmbio pode (e deve) flutuar para acomodar choques macroeconômicos domésticos e internos.”

Sistema Cofecon/Corecons realiza marcante Congresso Brasileiro de Economia

Por Júlio Polloni e Renata Reis

O XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE 2021) ficará marcado na história do Sistema Cofecon/Corecons. Esta edição foi a primeira realizada em formato virtual, o que proporcionou a participação de mais de 1.500 economistas e estudantes de todo o país. O CBE 2021 foi realizado pelo Corecon-SP e pelo Cofecon. Durante três dias, profissionais de renome nacional e internacional debateram questões fundamentais sob o tema central “Perspectivas da economia brasileira pós-pandemia”. Um total de 116 palestrantes preencheram mais de 80 horas de programação. Todo o conteúdo está disponível por meio do aplicativo Economistas.

Para Waldir Pereira Gomes, presidente do CBE 2021, o evento preencheu todas as expectativas. Durante a solenidade de encerramento, ele enfatizou a importância do engajamento da categoria na promoção do debate econômico. “O CBE é uma grande oportunidade que temos de fornecer à sociedade e à categoria subsídios fundamentais para a promoção

do desenvolvimento econômico”, aponta. O presidente do CBE 2021 também ressaltou que a tecnologia propiciou também que todos os conselheiros federais e os conselheiros regionais do Corecon-SP, realizador do evento, tivessem a oportunidade de atuar como moderadores das discussões.

Entre os tópicos debatidos nas palestras e mesas redondas do Congresso, estiveram: conjuntura econômica e política; impactos econômicos da pandemia; papel dos bancos; estrutura e política industrial; financeirização da economia; ESG; investimentos; finanças públicas; integração nacional; função do Estado;



Foto: Reprodução Bop Comunicação Integrada

custo Brasil; matriz energética; economias compartilhada, comportamental e solidária; construção civil; mercado de trabalho; estratégias do governo Biden; comércio exterior; entre muitos outros temas referentes a economia brasileira e internacional.

“Neste Congresso foram apresentadas alternativas para a política econômica brasileira nos mais diversos campos. Está claro que não existe um único caminho. O papel do economista é apresentar essas alternativas para que a população escolha com lucidez o caminho que deseja seguir, o projeto de país que almeja”, explica o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

Programação e números do CBE

A adaptação do evento para o formato on-line foi um grande desafio, superado com bastante sucesso. A tecnologia oportunizou aos inscritos de todo o país o acompanhamento do Congresso na íntegra a um preço acessível. E os números são expressivos: **ao todo, foram 17.200 visualizações ao vivo, somando mais 5.499 horas de tempo assistido, sendo que o maior pico de audiência foi de 415 participantes simultâneos.**



Gráfico 1: Número de inscritos no CBE 2021, por região.

A extensa programação do CBE contou com intervalos culturais que exaltaram a música popular brasileira. A cerimônia de encerramento

contou com uma emocionante apresentação do grupo sociocultural Meninos do Morumbi, que interpretou clássicos da MPB, como a obra “O que é, o que é?”, de Gonzaguinha. A iniciativa foi muito elogiada pelo público. Além das palestras e mesas redondas, foi realizado o workshop “Ciência de dados para economistas”; o Encontro de Peritos; o Fórum de Mulheres Economistas; a apresentação de trabalhos científicos; além da entrega de prêmios e honrarias do Sistema Cofecon/Corecons.

Um dado observado pela Comissão Organizadora foi a grande participação das mulheres economistas, 42,7% das inscrições.

O Fórum das Mulheres Economistas <https://youtu.be/EpOF0cbHtKs>, que é uma tradição nos eventos do Sistema Cofecon/Corecons, destacou dois temas principais: “Mulheres economistas pensadoras do desenvolvimento econômico”, discutido pelas economistas Luciana Acioly e Izete Pengo Bagolin; e “Macroeconomia e o empoderamento das mulheres: a presença das mulheres nas políticas públicas”, debatido por Ana Luiza Matos de Oliveira e Joana Mostafa. A responsabilidade do evento foi das economistas Mônica Beraldo, que é conselheira federal e coordenadora da Comissão da Mulher Economista, e Nancy Gorgulho, conselheira regional e coordenadora da Comissão da Mulher Economista em São Paulo.

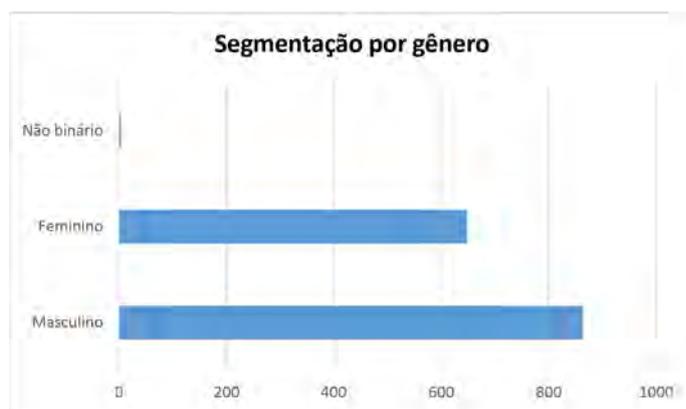


Gráfico 2: Segmentação por gênero.

Entre as sessões mais assistidas, **346 visualizações em apenas um dos dias**, destaque para a Apresentação de Trabalhos

“Um dado observado pela Comissão Organizadora foi a grande participação das mulheres economistas, 42,7% das inscrições.”



Científicos (8 de setembro, 9 de setembro e 10 de setembro), aprovados e selecionados pela comissão avaliadora do XXVII Prêmio Brasil de Economia e pelo Comitê Científico do CBE 2021. A conselheira federal Ana Claudia Arruda Laprovitera foi a coordenadora das apresentações dos livros, das monografias e dos artigos científicos e temáticos sobre os 70 anos da profissão de economista no Brasil.

O workshop de ciência de dados para economistas teve recorde de visualizações: um total de 518, sendo 123 simultâneos.

O evento permitiu o compartilhamento de conhecimentos sobre uma área que se encontra em franca expansão. Os economistas Augusto Fadel, Denise Freire e Paulo Jannuzzi, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordaram três temas fundamentais da área. Fadel falou sobre algumas experiências de uso de Big Data em institutos de estatística. Denise Freire, em sua exposição, comentou sobre a taxa de desemprego do IBGE e as calculadas por projeção pelos bancos. E Jannuzzi finalizou o workshop falando do apagão dos dados decorrente da desarticulação das políticas na área.

O encontro de peritos, com 126 visualizações, reuniu profissionais interessados neste setor que tem crescido muito entre os economistas ao longo das últimas duas décadas. Os profissionais Vilma Guimarães, José Marcos de Campos, Tiago Jazynski e Angeliz Suckow apresentaram quatro tipos de trabalho dentro do

campo da perícia: Perícias em Previdência Social e Complementar; Mercado de Trabalho em Perícia Econômico-Financeira; Mercado de Trabalho em Perícia Trabalhista; Mediação e Arbitragem.

Paralelamente às discussões econômicas, também foram realizados outros eventos. A Gincana Nacional de Economia aconteceu nos dias 6 e 7 de setembro, abrindo oficialmente a programação do CBE 2021.

A Gincana também aconteceu ineditamente em formato on-line. Estudantes de Economia de todo o país puderam participar da competição, que teve sua fase regional e a fase nacional realizadas virtualmente. O estudante Luís Eduardo Candiotto Tereza, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), foi o grande campeão desta edição. O catarinense ganhou um prêmio de R\$ 2.500. Rafael de Souza Teixeira, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), alcançou o segundo lugar e levou um prêmio de R\$ 2.000. Já a terceira colocação foi de Gisele de Paiva Furieri, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A estudante capixaba recebeu um prêmio de R\$ 1.500.

O Cofecon também anunciou os ganhadores do XXVII Prêmio Brasil de Economia, que distribuiu um total de R\$ 18 mil aos vencedores de quatro diferentes categorias. Os vencedores foram anunciados pelo conselheiro federal e coordenador do PBE, Carlos Alberto Safatle. O maior prêmio correspondeu à categoria livro de economia. Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala e André Roncaglia de Carvalho dividirão o montante de R\$ 8.000. Ambos são autores do

livro “Brasil, uma economia que não aprende. Novas perspectivas para entender nosso fracasso”. Tal como na categoria livro, o prêmio para o melhor artigo técnico/científico também será dividido entre dois autores. Os economistas gaúchos Martinho Roberto Lazzari e Tomás Amaral Torezani obtiveram o primeiro lugar com o trabalho “Meio Século da Manufatura Brasileira: Transição Estrutural em uma Abordagem Subnacional”. Eles dividiram R\$ 4.000. Na categoria artigo temático, em comemoração aos 70 anos da regulamentação da profissão de economista no Brasil, a vencedora foi a economista mineira Graciele de Fátima Sousa. Ela ficou com R\$ 3.000. Por fim, na categoria Monografia de Graduação, o primeiro colocado foi Fernando Antonio Machado, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ele também recebeu R\$ 3.000, vencendo o Prêmio com o trabalho “Inserção Ocupacional e Diferenças Salariais de Mães de Menores de 14 Anos: o Mercado de Trabalho Brasileiro em 2017”.

A entrega virtual de prêmios também contemplou as honrarias Personalidade Econômica do Ano, Mulher Economista, Mulher Transformadora e Destaque Econômico.

A economista Leda Maria Paulani recebeu a honraria de Personalidade Econômica do Ano de 2020. A profissional é reconhecida por suas pesquisas e artigos na área da Economia Política e também pela destacada atuação na Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED). Denise Gentil, por sua vez, foi eleita Mulher Economista do Ano 2020. Ela foi uma das mais eminentes profissionais do campo econômico na oposição à última reforma da Previdência. Atualmente, é professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem se destacado nas discussões sobre os reflexos do processo de financeirização da Economia. O título de Mulher Transformadora foi entregue à Irmã Lourdes Dill. Ela é Educadora Popular do Cooperativismo, da Economia Popular Solidária, da Agricultura Familiar e é agente da Cáritas desde 1987. As organizações vencedoras dos prêmios de Destaque Econômico foram o IBGE, a UNICAMP e a CNN, nas modalidades Desempenho Técnico, Academia e Mídia, respectivamente.

Ao final do CBE 2021, o Cofecon divulgou a Carta de São Paulo, sintetizando as opiniões discutidas nos vários debates realizados durante o Congresso e opinando sobre o momento econômico e político vivido pelo Brasil. No documento, os economistas sublinham a importância de retomar uma trajetória de crescimento econômico inclusivo. “Está mais que na hora de construirmos consensos em torno de uma nova agenda para o País”, pontua a Carta. Leia o documento na íntegra na próxima página.

O próximo Congresso Brasileiro de Economia acontecerá em 2023, em uma cidade-sede ainda a ser definida pelo Sistema Cofecon/Corecons.

CARTA DE SÃO PAULO – PELO RETORNO A UM CRESCIMENTO INCLUSIVO

De 8 a 10 de setembro de 2021 realizou-se de forma virtual em São Paulo, o XXIV Congresso Brasileiro de Economistas, contando com cerca de 120 palestrantes nacionais e internacionais, das mais diversas correntes de pensamento econômico e mais de 1500 congressistas. Sob o grande tema “Perspectivas para a Economia Brasileira Pós-pandemia”, houve palestras e mesas redondas sobre os mais relevantes problemas brasileiros: política macroeconômica, tributação, distribuição de renda e combate à pobreza, inflação e papel do Estado dentre outros.

O quadro atual é preocupante. O PIB retornou aos níveis anteriores à pandemia, mas os 50% mais pobres da população acumulam perda de 21,5% em suas rendas, entre o último trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, de acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Outro estudo, da mesma FGV, identifica o que a literatura considera um grande salto de desigualdade, com o índice de Gini, no primeiro trimestre de 2021, alcançando o maior nível da série histórica iniciada em 2012.

Contribuem para a continuidade da retomada cíclica da economia o avanço da vacinação e o controle da inflação. No médio prazo, estimular investimentos públicos e manter os programas de concessão, fortalecendo o marco regulatório setorial, é essencial para melhorar a infraestrutura e

permitir maiores ganhos de produtividade. As reformas econômicas devem buscar a modernização e aprimoramento das instituições e marcos jurídicos.

Vale alertar que o uso eficiente dos recursos públicos, cortando privilégios e evitando desvios e desperdícios, é fundamental para que a capacidade produtiva não se esgote sem ganhos de produtividade, como tem sido a marca de nossa história recente de baixo crescimento.

A sustentabilidade e celeridade do crescimento requer que o país volte a elevar continuamente a produtividade, o que depende da incorporação de tecnologia e inovações. Para tanto, são necessárias políticas que a promovam, não só assegurando financiamentos, mas com programas de metas, incentivos e articulação dos atores envolvidos, abrangendo o sistema educacional, de pesquisa e produtivo.

Nos últimos dias tem havido turbulência nos mercados financeiros gerada por excesso de instabilidades políticas e institucionais. Nesse sentido vale dizer que a economia não se dissocia da política. O respeito aos princípios do estado democrático de direito é basilar para a construção de uma sociedade mais justa.

Nossos desafios para recuperarmos o crescimento robusto e inclusivo são amplos. Está mais que na hora de construirmos consensos em torno de uma nova agenda para o País. Não há tempo a perder!

PRESIDENTE DO CBE

Waldir Pereira Gomes

COMITÊ EXECUTIVO

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do
Amaral
Luiz Barsi Filho
Pedro Afonso Gomes

COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Claudia Arruda Laprovi-
tera (Coordenadora)
Carlos Alberto Safatle
Gilson Garófalo
Ladislau Dowbor
Marcel Solimeo
Wellington Leonardo

PALESTRANTES

Alexandre Abelleira
Alexandre Sampaio Ferraz
Ana Luiza Matos de Oliveira
André Paiva Ramos
Angeliz Suckow
Angelo Segrillo
Anita Kon
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio Prado
Aquilas Mendes
Aristides Monteiro
Arnaldo Lima
Augusto Fadel
Bernard Appy
Bresser-Pereira
Carlos Eduardo Oliveira Jr
Carlos Gadelha
Carlos Roberto de Castro
Caroline Teixeira Jorge

Cassio Spina
Celso Pretucci
César Bergo
César Roberto Leite
Clélio Campolina
Cristina Fróes de Borja Reis
Custódio Pereira
Dal Marcondes
Denise Freire
Denise Lobato Gentil
Dorgilan Cruz
Eduardo Reis Araújo
Eduardo Rodrigues
Elias Marco Khalil Jabbour
Felipe de Holanda
Fernanda Della Rosa
Fernando de Aquino Fonseca
Neto
Fernando Nogueira Costa
Flávia Vinhaes
Gabriel Galípolo

Genauto França
Geraldo Rufino
Gesner de Oliveira
Guilherme Afif
Guilherme Dietze
Izete Pengo Bagolin
Joana Mostafa
João Emílio Gonçalves
João Paulo Toscano Filho
João Prates Romero
Jorge Cury Neto
José Eduardo Cassiolato
José Eustáquio Filho
José Graziano da Silva
José Luis Oreiro
José Luiz Pagnussat
José Márcio Rego
José Marcos de Campos
José Ricardo Roriz Coelho
Joseph Couri
Julio Pires
Ladislau Dowbor
Lauro Chaves Neto
Lauro Gonzalez
Leandro Safatle
Lia Lopes Almeida
Lourenço Faria
Lucas Foster
Luciana Acioly
Luciano Coutinho
Luís Eduardo Assis
Luiz Barsi Filho
Luiz César Ribeiro
Luiz Fayet
Luiz Gonzaga Belluzzo
Luiz Zarref
Maílson da Nóbrega
Marcel Solimeo
Marcela Vieira
Marcio Pochmann
Maria Cristina Cacciamali
Maria do Carmo Meirelles
Mario Hirose

Mario Mantovani
Mario Sérgio de Moraes
Miguel Matteo
Nelson Marconi
Newton Marques
Odilon Guedes Pinto
Otaviano Canuto
Paulo Dantas da Costa
Paulo Gala
Paulo Jannuzzi
Paulo Morceiro
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Afonso Gomes
Poema Isis
Raul Velloso
Renata Machado
Ricardo Paixão
Ricardo Tadeu Martins
Roberto Luís Troster
Roberto Macedo
Roberto Padovani
Roberto Piscitelli
Roberto Rodrigues
Rodrigo Mariano
Ronalde Lins
Róridan Duarte
Rosa Maria Marques
Sérgio Mendonça
Synésio Batista da Costa
Tânia Cristina Teixeira
Tiago Jazynski
Uallace Moreira
Vera Rita de Mello Ferreira
Vilma Guimarães

MODERADORES

Ana Cláudia Arruda Laprovi-
tera
Bianca Lopes
Carlos Alberto Safatle
Carlos Eduardo Oliveira Jr
Carlos Magno Bittencourt

Cícero Ivo Bezerra Jr
Clician Couto
Clóvis Meurer
Cristina Fróes de Borja Reis
Denise Kassama
Eduardo Rodrigues
Fernanda Della Rosa
Fernando de Aquino
Francisco Prisco Neto
Gil Marcos
Gilson Garófalo
Guilherme Dietze
Haroldo Silva
Heric Hossoé
João Manoel Barbosa
José Marcos de Campos
José Roberto Cunha
Lauro Chaves Neto
Luiz Barsi Filho
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de
Lima
Maria Tereza de Oliveira Audi
Mônica Beraldo
Nancy Gorgulho
Odilon Guedes
Paulo Dantas
Paulo Roberto de Jesus
Paulo Roberto Polli
Pedro Afonso Gomes
Ricardo Tadeu Martins
Roberto Koga
Roberto Padovani
Róridan Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Sérgio Mendonça
Teresinha de Jesus
Vicente de Paula Oliveira
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo

1

O legado de Wilson Cano

Publicações organizadas pela Unicamp e pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia resgatam a vida e obra do notável economista falecido no ano passado



No dia 03 de abril de 2020 a economia brasileira perdeu um de seus grandes pensadores: falecia o economista Wilson Cano, aos 83 anos de idade. Graduado pela PUC-SP em 1962, Cano dedicou grande parte de sua trajetória acadêmica à Unicamp, à qual chegou em 1968. Ali ele defendeu seu doutorado em 1975, orientado por João Paulo de Almeida Magalhães, atuou na criação do Departamento de Economia (antes vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (Cede), do qual foi diretor em dois períodos (1991-1994 e 2001-2005). Por sua trajetória, Cano foi reconhecido pelo Cofecon como Personalidade Econômica do Ano em 2013.

No mês de outubro a revista Economia e Sociedade, publicada pela

Unicamp, trouxe uma edição especial homenageando o professor Wilson Cano – com o texto de introdução intitulado “Wilson Cano, um farol contra o crepúsculo”. São sete artigos dialogando com sua obra e demonstrando sua atualidade – um deles tendo o presidente do Cofecon, Antonio



Corrêa de Lacerda, como co-autor:

- Soberania, desenvolvimento e sociedade (Fernando Sarti, Carlos Aguiar de Medeiros);
- Soberania, industrialização e integração nacional: Wilson Cano e os mosaicos do desenvolvimento brasileiro (Danilo Severian, Antonio Corrêa de Lacerda);
- Aspectos políticos da economia do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em Wilson Cano (Evaldo Gomes Junior, Pietro Calderini Aruto, Vitor Hugo Tonin);
- Complexo econômico e complexidade econômica: originalidade e atualidade em Wilson Cano (Clélio Campolina Diniz, Bernardo Campolina);
- Os limites da contribuição da indústria ao desenvolvimento nos períodos Lula e Dilma: uma nova versão do industrialismo periférico? (Antônio Carlos Diegues);
- O mito do imperialismo paulista revisitado (Fábio Lucas Pimentel de Oliveira);
- Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano (Maria do Livramento Clementino).

“A obra de Wilson Cano perpassa diferentes aspectos do pensamento econômico, tendo como centralidade a preocupação com a soberania nacional”, expressam Severian e Lacerda em seu artigo. “O percurso realizado de revisitar aspectos relevantes da obra de Wilson Cano joga luz para o debate dos grandes desafios atuais da retomada do desenvolvimento brasileiro. A análise dos descaminhos percorridos pela economia brasileira também nos revela a importância e a necessidade de mudanças”.

A publicação também traz sete depoimentos de pessoas que conviveram com o economista – entre eles, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzzo e Plínio de Arruda Sampaio Junior e Fernando Nogueira da Costa. Este último falou à revista Economistas sobre a importância de seu mestre, orientador e mentor.

Nogueira destaca que Cano propôs o conceito de complexidade antes que o termo definisse a fronteira atual deste pensamento – uma ideia apresentada no livro *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, publicado em 1977. “Esse método de análise de dentro para fora, ou seja, dos componentes capitalistas do

complexo cafeeiro no estado de São Paulo par a emergência da economia brasileira, rompeu com a visão marxista vulgar do imperialismo, seja o externo, como se o centro fosse determinante de todos os desenvolvimentos na periferia, seja o interno, como se São Paulo fosse um sugador dos recursos naturais e humanos dos demais estados brasileiros”, expressou Nogueira. “Deixou claro que a expansão industrial de São Paulo se deu pelo dinamismo de sua própria economia. E demonstrava que agentes econômicos internos, com um projeto nacional bem planejado, podem provocar o desenvolvimento socioeconômico a partir de forças internas, embora sem qualquer ideia de autonomia absoluta”.

A Questão Regional e Urbana no Brasil

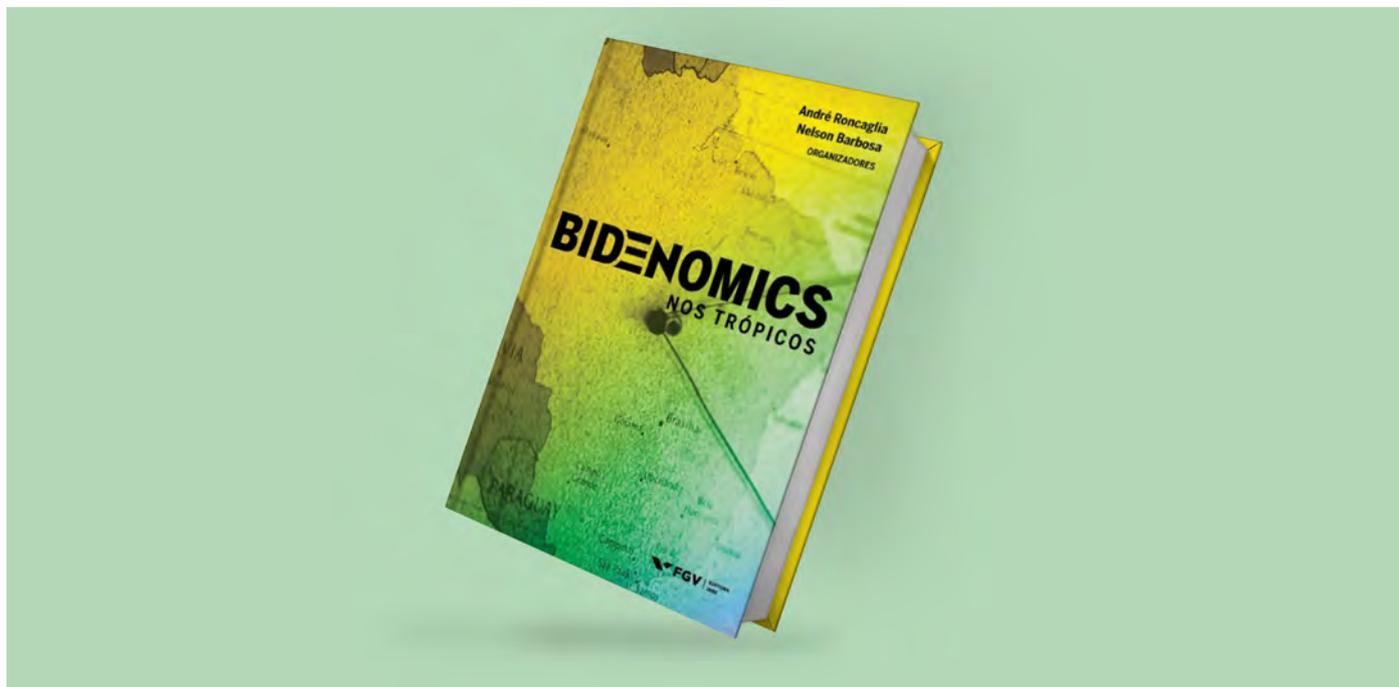
Outra publicação recente que resgata o pensamento de Wilson Cano é o livro *A Questão Regional e Urbana no Brasil*, organizado por Adroaldo Quintela Santos, Antonio Carlos Galvão, César Ricardo Siqueira Bolaño, Cid Olival Feitosa, Inês Patrício, Mariano de Matos Macedo e Nelson Le Cocq D’Oliveira. A obra é publicada pela Editora Expressão Popular e pela Fundação Perseu Abramo, com apoio da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia.

“Este livro, dedicado ao professor Wilson Cano, é mais que uma homenagem a sua inestimável contribuição ao conhecimento da formação social brasileira. É uma declaração de princípios, por parte dos autores, da Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia e de seus associados, reiterando a ideia de que nos movemos alinhados às angústias, concepções e esperanças que motivaram o professor a produzir todos os seus trabalhos”, expressam os organizadores na introdução do livro.

O livro é dividido em três partes, sendo a primeira delas, mais curta, abordando a vida e obra de Cano; a segunda, contendo dez capítulos que discutem aspectos da questão regional e urbana; e a terceira, com outros onze capítulos abordando as visões sobre o território e desenvolvimento. Ao todo são 608 páginas e a obra pode ser encontrada na internet, na página da Fundação Perseu Abramo.

2

Bidenomics nos Trópicos: uma proposta de saída da crise sanitária



O governo Biden lançou um plano ambicioso de política econômica nos EUA, centrado em três planos objetivos de política fiscal e medidas complementares de apoio aos trabalhadores e combate à desigualdade.

Do lado fiscal, a primeira medida foi um “Plano de Resgate”, de US\$ 1,9 trilhão, focado em transferências de renda às famílias mais pobres e como impacto concentrado em 2021-22. Alguns meses após o “Plano de Resgate”, Biden anunciou um “Plano de Empregos” (*American Jobs Plan*), de US\$ 2,3 trilhões, focado em investimentos em infraestrutura e inovação, incluindo mais gasto público na “economia dos cuidados” (*care economy*) e na transição para fontes sustentáveis de energia (*green economy*). A terceira iniciativa fiscal veio em abril, com um Plano de Auxílio às Famílias Americanas (*American Families Plan*), no valor de US\$ 1,8 trilhão, distribuído em dez anos, e focado no gasto social com educação e saúde, além de desoneração tributária para famílias de baixa renda. Segundo a proposta de Biden, este terceiro plano será parcialmente pago pelo aumento de imposto de renda sobre as famílias mais ricas.

Independentemente do grau de sucesso legislativo de Biden, suas propostas representam uma ruptura com a lógica de política econômica adotada nos EUA desde os anos 1980, que apostou em desoneração da renda do capital e incentivos para os mais ricos, na expectativa de que isso iria gerar aumento substancial de investimento e emprego e, desta forma, benefícios para o topo da distribuição de renda eventualmente vazariam para baixo (*trickle down*), beneficiando a classe média e os mais pobres.

Do ponto de vista econômico, a agenda proposta de Biden recuperou quatro princípios de política econômica que haviam sido esquecidos ou menosprezados durante o predomínio neoliberal dos últimos 40 anos, quais sejam: a ressureição do pensamento keynesiano; o retorno da política industrial, o Estado de Bem-Estar Social Verde e a percepção de que desigualdade excessiva é um risco à democracia

Além dos aspectos políticos e sociais, as iniciativas de Biden também fazem parte de uma resposta norte-americana ao avanço econômico e tecnológico da China. Ainda é obviamente muito cedo para saber se as propostas de Biden

darão certo, mas podemos dizer que o eixo de discussão política e econômica mudou rapidamente em 2021. As recentes iniciativas dos EUA nos levaram à pergunta: seria possível fazer a mesma coisa aqui? A questão não é simples e o objetivo do livro *Bidenomics nos Trópicos* é oferecer algumas respostas para o caso do Brasil. Vinte e dois especialistas em diferentes áreas contribuíram com as três partes do livro, a saber: (1) reflexões teóricas e históricas sobre desenvolvimento econômico; (2) análises setoriais; (3) políticas econômicas e de financiamento. A sequência busca oferecer uma visão de conjunto sobre o problema do desenvolvimento econômico brasileiro à luz da iniciativa de Joe Biden.

A iniciativa dos EUA é bastante inspiradora para o Brasil. Nosso país compreende uma gama de experiências estatais bem-sucedidas, como o SUS, a Embraer, a Petrobras, a Embrapa, para ficar em exemplos mais conhecidos. Sondamos o potencial das capacidades já construídas em nosso país para adequá-las aos anseios e aos desafios do século XXI, porém, sem ignorar as restrições que se impõem sobre nossas possibilidades econômicas de efetuar tal transição verde. Estado, empresas e famílias com elevados níveis de endividamento e cambaleante confiança no futuro deparam-se com um cenário de alta pressão inflacionária (doméstica e importada) e profunda crise social.

* Material produzido por André Roncaglia para a revista *Economistas*

3 O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais



Vivemos um tempo de sobressaltos, incertezas e esperanças (tênuas, porém reais). Ao traçar um vasto panorama deste período – e ao enxergá-lo com a ousadia dos que não desistiram de transformar o mundo – *O capitalismo se desloca*, de Ladislau Dowbor, é um roteiro indispensável a quem quer situar-se sem a fleuma dos indiferentes. Portanto, assumindo posições. Em obra anterior, *A era do capital improdutivo*, o autor havia se debruçado sobre uma regressão central do sistema. Para acumular riquezas, já não é preciso produzir nada: basta ter recursos para aplicar no cassino financeiro global – que suga trabalho e recursos de toda a sociedade. Essa distorção cria uma nova classe: o 0,1% que, apartado dos dramas do planeta, despreza os serviços públicos, os direitos sociais e a pre-servação da natureza.

No novo livro, Dowbor vai além. Investiga o que está por trás da financeirização. Revela uma metamorfose mais ampla – capaz, diz ele, de levar a um novo modo de produção. Assim como o feudalismo baseava-se na terra e o capitalismo na fábrica, o novo sistema terá como base o conhecimento. Um dos grandes méritos do trabalho que o leitor tem em mãos é apresentar o conjunto de autores que tem refletido a respeito e suas ideias: de Jeremy Rifkin a Joseph Stiglitz; de Shoshana Zuboff a David Harvey, Éric Toussaint e Zygmunt Bauman; de Alvin Toffler a Manuel Castells e Immanuel Wallerstein.

Dowbor dá um passo a mais. Ele demonstra que o novo sistema – que chama, provisoriamente, de “informacional” – poderá tanto suscitar um mundo muito mais democrático, igualitário e capaz de rever as relações entre humanidade e natureza quanto seu oposto. Para onde caminhamos? Está presente, argumenta o livro, a ameaça distópica de uma lógica em que a liquidez é o valor maior e permite, a uma ínfima minoria, capturar a riqueza coletiva. Mas abriu-se, também, uma brecha para que a produção de riquezas baseie-se em redes de compartilhamento, apoiadas na lógica do conhecimento livre e no acesso de todos ao Comum: a serviços públicos (saúde, educação, habitação e transporte de excelência); a livros, trabalhos científicos, filmes, músicas, obras culturais de todo tipo. Em especial, há a possibilidade de uma nova democracia, que combine informação de profundidade para todos com processos de decisão distribuída, como os orçamentos participativos digitais.

A obra de Ladislau instiga por mostrar que o futuro está em aberto. O declínio do capitalismo não assegura nada. Pode vir um sistema muito mais – ou menos – democrático, equânime e capaz de interagir com a natureza. Cabe a cada um posicionar-se. Nada melhor que fazê-lo com consciência do que está em jogo.

**Material, cedido pelo autor, é de autoria de Antonio Martins, jornalista e editor do site Outras Palavras.*



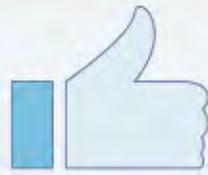
APLICATIVO ECONOMISTAS

Conteúdos profissionais para
economistas e estudantes



Baixe agora!
Disponível no Google
Play e na Apple Store

Assine a Newsletter Cofecon





**Podcast Economistas:
ouça agora novo episódio!
Participação feminina no
Sistema Cofecon/Corecons**

Fique por dentro de tudo que
acontece no Conselho Federal
de Economia

**Disponível no
Deezer e Spotify**

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes

Aldemar Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laproviteira
Bianca Lopes de Andrade

Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Henri Wolf Bejzman
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laproviteira
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat

Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Heric Santos Hossoé (Vice Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação

Renata Reis – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

70

Anos

Assegurando o exercício
legal e ético da profissão



@cofecon



Podcast Economistas
Disponível nas principais plataformas

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br